



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

OTÁVIO SANTOS COSTA

**IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NAS LICENCIATURAS EM
MUNICÍPIO DO INTERIOR DE SÃO PAULO**

**São Carlos
2015**

OTÁVIO SANTOS COSTA

**IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NAS LICENCIATURAS EM
MUNICÍPIO DO INTERIOR DE SÃO PAULO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação Especial – PPGEEES da
Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
Co-orientadora: Profa. Dra. Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins

Agência Financiadora: OBEDUC/CAPES

São Carlos

2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C837id Costa, Otávio Santos.
Implementação da disciplina de libras nas licenciaturas
em município do interior de São Paulo / Otávio Santos
Costa. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
84 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

1. Educação especial. 2. Linguagem brasileira por sinais.
3. Surdos - educação. 4. Professores - formação. 5. Brasil.
Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. I. Título.

CDD: 371.9 (20ª)



Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado de **Otávio Santos Costa**.

Profa. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
(UFSCar)

Ass. Cristina Feitosa de Lacerda

Profa. Dra. Sandra Eli Sartoreto de Oliveira
Martins(UNESP/Marília)

Ass. Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins

Profa. Dra. Lara Ferreira dos Santos
(UFSCar)

Ass. Lara Ferreira dos Santos

Profa. Dra. Ana Claudia Baileiro Lodi - USP/Ribeirão Preto

Ana Claudia Baileiro Lodi

Agradecimentos:

*À Professora Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda,
pela orientação e confiança no desenvolvimento deste trabalho;*

*Às Professoras integrantes da banca examinadora,
pelas contribuições para esta dissertação;*

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),
pela bolsa concedida;*

*Aos integrantes do Grupo de Pesquisas Surdez e Abordagem Bilíngue,
pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho;*

Aos participantes da pesquisa;

*E a todos os professores, funcionários e alunos do PPGEES
que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo.*

Resumo

Vivenciamos nas últimas décadas importantes avanços legislativos no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiências, sobretudo o direito à educação. Nesse contexto, a educação de surdos é contemplada a partir do reconhecimento de suas características linguísticas, através da Lei nº 10436 de 2002 (Lei Libras) e do Decreto nº 5626/2005 que a regulamenta e dispõe sobre a educação bilíngue para surdos e os meios para sua viabilização, entre eles a inserção da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores. O presente estudo teve como objetivo investigar o processo de implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciaturas de Instituições de Ensino Superior em cidade de médio porte no interior do Estado de São Paulo. Diante disso, procuramos nesse estudo desenvolver e esclarecer conceitos e ideias presentes no processo de implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura segundo as prerrogativas do Decreto nº 5.626/2005. Para ancorarmos nossos objetivos, realizamos esta pesquisa qualitativa de natureza descritiva em três partes: *Estudo I*, análise dos documentos de caracterização das disciplinas de Libras; *Estudo II*, realização de entrevistas com gestores e professores envolvidos no processo de implementação da disciplina nas IES pesquisadas e; *Estudo III*, realização de grupo focal com alunos egressos dessas disciplinas. Todos os indivíduos que participaram da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados apontam para a forte resistência das instituições pesquisadas frente à efetivação das proposições do Decreto nº 5.626/2005, mas também indicam que apesar de contextos distintos do processo de sua implementação, as disciplinas de Libras parecem se encaminhar para uma consolidação com características de colaborar para a formação de futuros professores no que tange ao proposto na legislação para educação de surdos.

Palavras-chave: Disciplina de Libras. Formação de Professores. Educação de Surdos. Decreto nº 5626/05. Educação Especial.

Abstract

Experienced in recent decades important legislative advances regarding the rights of persons with disabilities, especially the right to education. In this context, deaf education is contemplated from the recognition of their language features by Law No. 10436 of 2002 (Law Libras) and Decree No. 5626/2005 , which regulates provides for bilingual education for the deaf and the means for their development , including the insertion of Libras of discipline in teacher training courses. This study aimed to investigate the implementation process of Libras discipline in Undergraduate courses of higher education institutions in medium-sized city in the state of São Paulo. It was decided to carry out a qualitative research of descriptive nature, conducted with the two public universities, one federal and one state, and a university center of private initiative divided into three parts: Study I, analysis of documents characterization of disciplines of Libras; Study II , interviews with managers and teachers involved in the implementation process of the Libras discipline ; III study , focus groups with graduates of Libras disciplines of the institutions surveyed . All individuals participating in the study signed the Informed Consent Statement. The results point to the strong resistance of the institutions surveyed front to effect of the propositions of the Decree No 5626 /2005 , but also indicate that although separate the process of its implementation contexts, Libras disciplines seem to be heading for a consolidation with features to collaborate for the training of future teachers with respect to the proposed legislation to deaf education .

Keywords: Libras discipline. Teacher training courses. Deaf education. Decree nº 5.626/05. Especial education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resultado final de busca no Banco de Teses da Capes.....	28
Tabela 2. Relação de Cursos de Licenciatura na cidade.....	39
Tabela 3: Gestores Participantes.....	40
Tabela 4: Professores de Libras Participantes.....	41
Tabela 5: Participantes do Grupo focal.....	41
Tabela 6: Caracterização das disciplinas de Libras.....	51

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEE – Conselho Estadual de Educação

CNE – Conselho nacional de Educação

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

L1 – Primeira língua

L2 – Segunda língua

NEEs – Necessidades Educacionais Especiais

PPG – Programa de Pós Graduação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UDF – Universidade do Distrito Federal

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 Cursos de Licenciatura no Brasil.....	12
1.2 Educação bilíngue para surdos	16
1.3 O decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.....	20
2. O QUE TEM SIDO DITO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NO CONTEXTO DOS CURSOS DE LICENCIATURA.....	27
3.1 – Natureza da pesquisa	38
3.2 – Procedimentos éticos da pesquisa	38
3.3 – Local da pesquisa.....	39
3.4 – Participantes da pesquisa	40
3.5 – Instrumentos e procedimentos de coleta de dados	41
3.5.1 – Estudo I.....	41
3.5.2 – Estudo II	43
3.5.3 – Estudo III	43
3.6. Tratando os dados das entrevistas e grupo focal para análise.....	46
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
4.1 A oferta da disciplina de Libras nas instituições pesquisadas	48
4.2 A disciplina de Libras registrada.....	50
4.3 O processo histórico de implementação das disciplinas de Libras	54
4.3.1 O que dizem gestores e professores sobre o processo de implementação da disciplina de Libras	54
4.4 Os efeitos da implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura	63
4.5 Opinião de egressos da disciplina sobre cursar a disciplina.....	67

5. NOSSAS CONSIDERAÇÕES	75
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

Vivenciamos no início deste século importantes avanços legislativos no que diz respeito aos direitos das pessoas surdas, sobretudo o direito à educação.

Estes avanços legislativos são frutos da mobilização e fortalecimento dos movimentos surdos no Brasil que nos anos noventa do século XX, em parceria com pesquisadores/universidades, engajaram-se nas lutas que àquela época priorizavam o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras como a primeira língua das pessoas surdas, oficializada em um primeiro momento em alguns municípios e Estados até chegar ao Congresso Nacional (THOMA; KLEIN, 2010).

Entre as principais conquistas legislativas dos movimentos surdos podemos destacar como marco legal a promulgação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e Fonoaudiologia (BRASIL, 2002).

Além disso, destacamos as determinações do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436 (Lei Libras), visando atender aos direitos educacionais das pessoas surdas, determinando a implementação da disciplina de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e Fonoaudiologia, a formação e certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa para estudantes surdos como segunda língua na modalidade escrita e a organização da educação bilíngue nas escolas da rede regular de ensino (BRASIL, 2005). Por fim, podemos destacar a Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (BRASIL, 2010).

Sobre a formação de professores, o Decreto nº 5.626/2005, em seu artigo 9º, do capítulo III, dispõe sobre prazos e percentuais mínimos para a implementação progressiva da disciplina de Libras, determinando o prazo final de dez anos, a partir de sua promulgação, para que cem por cento dos cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia das IES ofereçam a disciplina, priorizando sua implementação nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras (BRASIL, 2005).

Também é disposto no Decreto o prazo de, a partir de um ano de sua publicação, a implementação da Libras como disciplina curricular optativa para os demais cursos de educação superior e na educação profissional (BRASIL, 2005).

A partir de então, estudos vem se consolidando em diversas partes do Brasil acerca da implementação da disciplina de Libras no ensino superior, com destaque para os Cursos de Licenciatura.

Grande parte desses estudos debruça-se principalmente sobre os Cursos de Pedagogia, fato facilmente compreensível ao considerarmos as prioridades e prazos estabelecidos pelo Decreto nº 5.626/2005 frente à época de sua promulgação e o tempo despendido para a realização de uma pesquisa acadêmica, não obstante, agora situados a pouco menos de um ano do término do prazo estabelecido, é possível investigarmos os efeitos dessa legislação nos demais cursos de Licenciatura.

Uma preocupação recorrente nos estudos disponíveis que analisam a implementação da disciplina de Libras nas Licenciaturas é a percepção de estudantes e professores acerca das contribuições da disciplina na formação inicial desses graduandos (MACHADO; LIRIO, 2011; ALMEIDA; VITALIANO, 2012; dentre outros).

Outro foco importante dessas pesquisas parte dos estudos curriculares, constituídos por análise de ementas e planos de ensino das disciplinas de Libras nos cursos de Licenciatura (BENEDETTI, 2009; LEMOS; CHAVES, 2012).

Há ainda estudos que consideram aspectos políticos da implementação da disciplina de Libras nas Licenciaturas (MARTINS, 2008; DOMINGUES; OLIVEIRA, 2011; VITALIANO; DALL'AQUA, 2012) e propõem discussões acerca da obrigatoriedade, viabilidade, e das vantagens e desvantagens da oferta dessa disciplina. Apontam ainda a necessidade de aproximação das áreas da Educação e Educação Especial no intuito de estudar a formação de professores para atuarem na escola inclusiva.

É importante destacar que os temas aqui considerados encontram-se na literatura pesquisada de forma isolada ou, por vezes, articuladas dentro de um mesmo estudo.

O Decreto nº 5.626/2005 não apresenta diretrizes para a formulação da disciplina de Libras, ficando a cargo das Instituições de Ensino Superior determinar os aspectos a serem contemplados na mesma, o que e como será ensinado, assim como a carga horária destinada para a disciplina (LODI; NOGUEIRA, 2011).

Assim os estudos parecem indagar sobre as proposições do Decreto n° 5.626/2005 e se elas são suficientes para orientar a elaboração de disciplinas de Libras que visam formar professores que atendam as especificidades linguísticas dos alunos surdos em sala de aula das escolas da rede regular de ensino. Além disso, tratam da caracterização do oferecimento da disciplina de Libras nos Cursos de Licenciatura e sua relação com os seus respectivos Projetos Pedagógicos de Curso.

Todavia, parece haver espaço para investigações ainda mais apuradas que busquem compreender o que revelam os discursos dos sujeitos envolvidos no processo histórico de implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura e como esses sujeitos percebem o impacto do Decreto n° 5.626/2005 na formação de professores e no atendimento de estudantes surdos nas escolas da rede regular de ensino.

Nesta mesma direção, interessa conhecer a opinião de alunos que cursaram a disciplina de Libras.

Entendemos que conhecer o processo histórico da implementação da disciplina de Libras, ou seja, como e em que contexto as disciplinas de Libras têm sido implementadas nos cursos de Licenciatura seja fundamental para a compreensão dos seus possíveis avanços e retrocessos na perspectiva da educação inclusiva e da educação de surdos.

Partindo da compreensão de que os impactos do Decreto n° 5.626/2005 nos cursos de formação inicial de professores podem colaborar ou não para a transformação educacional no atendimento de estudantes surdos nas escolas da rede regular de ensino, esperamos contribuir com o presente estudo para a discussão sobre a implementação das disciplinas de Libras nos currículos dos cursos de formação de professores e seus efeitos.

Buscamos com isso, indicar caminhos mais adequados para os cursos de Licenciaturas e revelar possíveis percursos para melhorar a formação do futuro professor, proporcionando melhores condições de inclusão escolar para estudantes surdos.

Diante disso, este estudo teve como objetivo geral investigar o processo histórico de implementação das disciplinas de Libras nos Cursos de Licenciaturas em cidade de médio porte no interior do Estado de São Paulo, em Instituições de Ensino Superior (IES) nos âmbitos público (Federal e Estadual) e privado de serviço educacional. Apresenta como objetivos específicos 1) caracterizar o oferecimento das disciplinas de Libras a partir de documentos de caracterização das disciplinas emitidos

pelos respectivos cursos; 2) analisar os depoimentos de Professores de Libras e Gestores Universitários acerca do processo histórico de implementação da disciplina de Libras nos Cursos de Licenciatura; 3) analisar a percepção dos sujeitos participantes da pesquisa acerca dos efeitos do Artigo 3º do capítulo II do Decreto 5.626/2005 e 4) analisar a percepção de egressos da disciplina de Libras através de sua opinião sobre a disciplina de Libras que cursaram.

Compreender a dinâmica de funcionamento da implementação da disciplina de Libras em uma mesma cidade, nos âmbitos municipal, estadual e federal nas esferas privada e pública de serviço educacional representa compreender um micro cosmos pelo qual se podem ter notícias das estratégias e reflexões sobre a implementação dessa disciplina em um cenário mais amplo, uma vez que a materialidade do tema é recorrente, o que torna fundamental a efetivação desse estudo.

Lançamos mão de pesquisa qualitativa de natureza descritiva para compor esta dissertação, que também se consubstanciou a partir de leituras e estudos sobre educação bilíngue para surdos, sobre a formação de cursos de Licenciaturas e sobre legislação da área para construção de nosso referencial teórico, além de revisão da literatura científica publicada sobre o presente tema e das discussões e experiências vivenciadas pela participação no Grupo de Pesquisas Surdez e Abordagem Bilíngue que serviram de apoio ao estudo.

Esta dissertação foi estruturada de modo que em seu primeiro capítulo buscamos fundamentar nosso estudo sobre os temas que envolvem a presente proposta considerando sua indissociabilidade, não obstante o mesmo está dividido em três seções.

Na primeira seção, apresentamos breve contextualização e algumas considerações acerca dos cursos de Licenciaturas no Brasil, uma vez que é neste meio que as disciplinas de Libras devem ser implementadas.

Na seção seguinte, tratamos sobre os princípios da educação bilíngue para surdos, procurando evidenciar as bases de nossa posição em relação a esta questão.

Na terceira seção, optamos por apresentar e discutir os termos do Decreto 5.626/2005 que estão relacionados com o presente estudo.

No segundo capítulo, procuramos apresentar a revisão da literatura científica sobre o tema proposto.

No terceiro capítulo, fundamentamos nossas escolhas metodológicas para desenvolvimento do estudo, assim como explicitamos os procedimentos metodológicos tomados.

No quarto capítulo procedemos a apresentação dos resultados e discussões e em seguida apresentamos nossas considerações finais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Cursos de Licenciatura no Brasil

A imagem que tem sido historicamente construída e reforçada no interior da academia, ao longo dos tempos, apesar dos movimentos de valorização docente, é a hierarquização da relação entre os cursos na modalidade bacharelado e Licenciaturas, privilegiando os cursos de bacharelado reconhecidos por seu caráter de formação em conteúdos científicos em detrimento das Licenciaturas que detêm a formação dos chamados conteúdos pedagógicos (DIAS-DA-SILVA; MUZZETI, 2008).

Buscamos em Bourdieu (1997) a explicação para este conflito:

é o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos (p.126).

Para o autor, os conflitos epistemológicos são essencialmente políticos. Isto nos remete a uma reflexão sobre os percursos de formação de professores para a Educação Básica no Brasil.

Em 1935, eleva-se pela primeira vez no país, a formação de professores ao nível superior com a incorporação da Escola de Professores à Universidade do Distrito Federal (UDF), com o nome de Faculdade de Educação. Em 1939, com a extinção da UDF e a anexação de seus cursos à Universidade do Brasil, a Escola voltava a ser integrada ao Instituto de Educação (SAVIANI, 2009).

Vale destacar que apesar dessas ações, não deixou de haver formação de professores em nível secundário, através do curso normal, por exemplo, que formava regentes para o ensino primário.

À semelhança de seu congêneres do Distrito Federal, o Instituto de Educação de São Paulo, pela sua Escola de Professores, foi incorporado na década de 1930 à Universidade de São Paulo (USP), passando a responsabilizar-se pela formação pedagógica dos alunos das diversas seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que pretendessem licença para o magistério.

A formação nos conteúdos específicos relativos ao curso secundário ficaria a cargo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (SAVIANI, 2009).

Azanha (1996, p.58) lembra que “a anexação do Instituto à Faculdade de Filosofia foi fator de grande empobrecimento da formação de professores que, de três

anos, passou a ter a duração de apenas um.” Em 1937 é organizada a Universidade do Brasil, da qual constava a Faculdade Nacional de Filosofia. Fazia parte do currículo uma seção especial (curso de didática de um ano), que quando cursado por bacharéis, daria o título de licenciado, permitindo o exercício do magistério nas escolas. Pode-se afirmar que este modelo deu origem ao modelo de Licenciatura, conhecido como o 3+1¹.

A desvinculação só ocorre em 1938, com a criação da Seção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, transferindo-se os catedráticos do Instituto para a nova seção. Estava definido o modelo a ser adotado progressivamente por outras unidades da Federação, configurando-se as grandes linhas que sedimentaria a organização dos cursos de formação de professores até a Lei nº 5.692/72. (PENIN, 2001; SAVIANI, 2009).

A discussão sobre a formação de professores transcorre por décadas, sendo mais calorosa nos anos de 1960, passando pelo golpe de 1964 e se estendendo até a reforma universitária de 1968, em nível nacional.

O desprestígio da formação docente permanece, pois para ser professor bastava o oferecimento de quatro disciplinas: Estrutura e Funcionamento do Ensino, Psicologia da Educação, Didática e Prática de Ensino, geralmente oferecidas pelas Faculdades de Educação e ou Departamentos, pouco articulados com os Institutos que ofereciam as “disciplinas de conteúdo” (SAVIANI, 2009).

A propositura de novas leis e regulamentos se efetiva e no início do século XXI emerge um conjunto de pareceres e resoluções decorrentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) que irá disciplinar a Formação de Professores, culminando com um amplo processo de reestruturação dos cursos de Licenciatura.

Destacamos entre esses o Parecer 09/2001 e as Resoluções 01 e 02 de 2002 do CNE que fixam as exigências legais para os cursos de formação de professores, orientado as reformas nesses cursos adotando como carro chefe a garantia de componentes comuns: “práticas como componentes curriculares”, de duração mínima de 400 horas, “estágio curricular supervisionado”, com duração mínima de 400 horas, “conteúdos curriculares de natureza científico-culturais”, mínimo de 1.800 horas e

¹ No modelo conhecido como 3+1 ou 3 para 1, os cursos de Licenciatura são organizados de forma a considerar em seu currículo 3 anos de formação nos conteúdos específicos da área de cada curso (matemática, geografia, química e etc.) e mais 1 ano de disciplinas pedagógicas.

“atividades acadêmico-científico-culturais”, com no mínimo 200 horas (BRASIL, 2002).

Tomadas essas medidas, sem ampliar o tempo de duração dos cursos de Licenciaturas, mas ao contrário, a exigência por cursos de formação cada vez mais rápida, acabou por ocasionar diminuição na carga horária das disciplinas, causando estrangulamento dos cursos.

Os cursos de Pedagogia são Licenciaturas. Dessa forma, sofreram todas as modificações em sua estrutura ancoradas nas leis, pareceres e resoluções supracitadas, além, claro, das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia, a resolução CNE/CP nº 1/2006.

Para este estudo, tratamos os cursos de Pedagogia no rol das Licenciaturas como um todo, pontuando, quando necessário, algumas de suas especificidades.

Ao impor mudanças nesses cursos, sob a ótica da epistemologia da prática (competências e práticas), a legislação reforçou a ausência de conhecimento científico no campo educacional, favorecendo o princípio do “aprender fazendo”. Dias-da-Silva e Muzzeti (2008) ilustram claramente esta situação ao afirmarem que

... em nome da valorização dos saberes docentes e do enfrentamento da dicotomia teoria-prática, talvez a própria área de educação possa estar contribuindo para a desprofissionalização dos professores apostando que sua formação seja essencialmente “prática” e “extracurricular”. Seja em decorrência do discurso pós-moderno ou da crítica ao “conteudismo” da escola brasileira, seja em nome da valorização dos processos contínuos implicados na aprendizagem da docência, estou convencida de que estamos enfrentando uma cilada perigosíssima... É preciso reconhecer que não são raros os projetos e discursos que, justificados pelo argumento da formação de um professor “prático reflexivo”, que deve “refletir sobre seu trabalho e suas concepções”, estão transformando a formação de professores em feiras de vivências pessoais partilhadas (p.133).

As políticas públicas educacionais implantadas nas duas últimas décadas afetaram, sobretudo, as propostas curriculares educacionais, abrangendo a formação de professores. A ideologia neoliberal, fundamentada na crença de que a “educação é mercadoria”, exige que os processos pedagógicos sejam orientados pela garantia e pela busca de eficiência, eficácia e produtividade acadêmica, nem sempre levando em consideração a qualidade da educação. Das ciências humanas, em especial, exigem-se produtos aplicáveis ao mercado, produzindo conhecimentos úteis para atender às demandas de uma sociedade, regida cada vez mais pela lógica do indivíduo e da competição (SARLO, 1999; NÓVOA, 2009).

A nova LDBEN não contemplou a expectativa dos educadores brasileiros de melhor equação dos problemas educacionais do país após o regime militar, apresentando como alternativa aos cursos de Licenciatura os institutos superiores de educação e escolas normais superiores, que para Saviani (2009)

... sinalizou para uma política educacional tendente a efetuar um nivelamento por baixo: os institutos superiores de educação emergem como instituições de nível superior de segunda categoria, promovendo uma formação mais aligeirada, mais barata, por meio de cursos de curta duração (p. 218-221).

Podemos constatar que, diante das sucessivas mudanças ocorridas no processo histórico de formação docente, a questão pedagógica que aparentemente foi ganhando espaço até se tornar protagonista nos ensaios de reformas, a partir da década de 1930 do século XX, não encontrou até hoje, encaminhamento satisfatório.

O que se destaca ao longo desse período é a precariedade de políticas formativas, cujas tentativas de mudanças não atingiram um padrão minimamente consistente de formação docente para enfrentar os problemas da educação escolar em nosso país (SAVIANI, 2009).

É à essa formação de professores, historicamente inconsistente, que deve ser incorporada formação que possibilite a inclusão escolar, nesse caso, do aluno surdo.

Nesse contexto, permanece na universidade a prevalência de uma formação de professores pautada nos conteúdos específicos de cada área científica sobre a formação didático-pedagógica.

Para Saviani (2009), essa situação não se dá pela omissão da universidade em relação ao problema da formação dos professores, mas pela coexistência e luta histórica entre dois modelos distintos de formação, o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos, pautado no domínio dos conteúdos específicos da área de conhecimento, e o modelo pedagógico-didático. Para o autor, nessa luta encontra-se:

De um lado está o modelo para o qual a formação de professores propriamente dita se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que o professor irá lecionar. Considera-se que a formação pedagógico-didática virá em decorrência do domínio dos conteúdos do conhecimento logicamente organizado, sendo adquirida na própria prática docente ou mediante mecanismos do tipo “treinamento em serviço”. Em qualquer hipótese, não cabe à universidade essa ordem de preocupações. A esse modelo se contrapõe aquele segundo o qual a formação de professores só se completa com o efetivo preparo pedagógico-didático. Em consequência, além da cultura geral e da formação específica na área de conhecimento correspondente, a

instituição formadora deverá assegurar, de forma deliberada e sistemática por meio da organização curricular, a preparação pedagógico-didática, sem a qual não estará, em sentido próprio, formando professores (SAVIANI, 2009, p. 149).

É nesse cenário de dualidade e hierarquia que se constitui o problema das Licenciaturas, ou seja, o problema da formação de professores, no qual a disciplina de Libras é inserida, com o papel de preparar os futuros professores para atuarem com alunos surdos.

Dessa forma, é de se esperar que a disciplina de Libras não fique imune a esses conflitos, pelo contrário, surge como mais um elemento que herda os problemas das Licenciaturas e que tende a potencializar os conflitos já existentes, ao considerarmos as tensões históricas que a própria área da educação de surdos carrega.

Os atuais desafios da sociedade vêm exigindo qualificações, o que faz crescer a importância dos Cursos de Graduação, compreendendo-se que as IES não podem se restringir ao preparo do indivíduo para exercer uma profissão, devendo dedicar-se à formação do cidadão.

Recuperar todas as perdas das últimas décadas e lutar por uma nova identidade profissional não tem sido tarefa fácil nas universidades, por requerer mudanças na organização institucional, na organização curricular, na estrutura dos conteúdos, no perfil da docência. Enfim, passa por um redimensionamento de todo o projeto formativo, por uma nova concepção de Licenciatura que por sua vez requer uma nova relação da universidade com a escola básica, que abra caminhos para uma verdadeira profissionalidade, pautada por níveis de excelência e permeada por uma dimensão ética. Responder a essas demandas exige por parte das Universidades uma tomada de posição.

1.2 Educação bilíngue para surdos

Quando pensamos em inclusão do aluno surdo nas escolas da rede regular de ensino, precisamos considerar que esta escola precisa ser organizada de forma a considerar e respeitar a condição linguística desse aluno, garantindo que ele tenha acesso aos conhecimentos e conteúdos historicamente construídos pela humanidade trabalhados nessa escola, para isso, cabe ao professor criar condições e maneiras do aluno acessar o conhecimento (LACERDA; LODI, 2009).

Considerar e respeitar a condição linguística dos alunos surdos é aqui entendido como tomar consciência e encaminhar as ações de ensino para sujeitos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras), pessoas que compreendem, se comunicam com o mundo e manifestam sua cultura através de uma língua de sinais.

Entendemos que a educação escolar bilíngue para surdos deve basear-se no ensino das duas línguas, a língua de sinais como primeira língua [L1] e a língua portuguesa na modalidade escrita como sua segunda língua [L2]. Além disso, num projeto pedagógico que realmente atenda às metas educacionais para alunos surdos, que considere as funções sociais e políticas da educação escolar (SANTOS, 2012).

Diante disso, espera-se que a criança surda entre em contato com a língua de sinais na relação estabelecida com interlocutores com proficiência na língua, preferencialmente surdos, pois a partir do desenvolvimento de linguagem, conhecimento e domínio da língua de sinais, a criança inicia a aprendizagem de todos os conteúdos pedagógicos, além daqueles relativos à língua portuguesa escrita.

Devemos ainda considerar que a maioria dos sujeitos surdos é filha de pais ouvintes, sendo difícil o desenvolvimento da língua de sinais, uma vez que a língua oral a que são expostos desde o nascimento não é adquirida e significada em condições naturais de interlocução (LACERDA; LODI, 2009), cabendo à escola como ambiente bilíngue proporcionar tal desenvolvimento.

Para Moura, Lodi e Harrison (2005),

O fundamento do bilinguismo é oferecer à criança um ambiente linguístico, onde seus interlocutores se comuniquem com ela de uma forma natural, da mesma forma que é feito com a criança ouvinte por meio da linguagem oral. A criança surda tem a possibilidade, dessa forma, de desenvolver a língua de sinais como primeira língua, não como uma língua ensinada, mas apreendida dentro de contextos significativos para ela (p.353).

Ao considerarmos as pessoas surdas a partir de seus aspectos linguísticos e culturais e não sob uma ótica que considera a surdez falta sensorial ou uma deformidade que deva ser tratada ou corrigida por cirurgias, os encaminhamentos educacionais se afastam da educação especial e nesse sentido a educação bilíngue passa a ser regular, em Libras, integrando as línguas envolvidas em seu currículo e não deve ser compreendida apenas como alvo do atendimento educacional especializado.

Nesse sentido, o Relatório para Educação Bilíngue do Ministério da Educação (MEC) (2014) apresenta como objetivo da educação bilíngue para surdos:

[...] garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em Libras e concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português (BRASIL, 2014, p. 6).

O Decreto nº 5.626/2005 defende a educação bilíngue definindo-a, bem como os espaços onde deve ser implantada:

São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo (BRASIL, 2005).

O Decreto dispõe que na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a educação bilíngue deva ser desenvolvida por intermédio de professores bilíngues, com a Libras assumindo o papel de língua de interlocução entre professores e alunos, mediando os processos escolares e com a presença da língua portuguesa na modalidade escrita nos processos educacionais também como língua de instrução, uma vez que as atividades, textos, livros didáticos indicados para leitura são escritos em língua portuguesa (LODI, 2013).

Para Kelman (2012), como o domínio da língua majoritária do país é fator fundamental para inclusão social, pode-se optar por um programa bilíngue em que “se aprenda língua portuguesa em suas modalidades leitura silenciosa, compreensão e escrita, excluindo a expressão oral da língua portuguesa” (p. 66).

Para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio e educação profissional, segundo o Decreto nº 5.626/2005, a educação bilíngue pode ser desenvolvida com atuação de:

[...] docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005, Artigo 22, Inciso II).

Dessa forma, podemos inferir que se justifica a implementação da disciplina de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, em todas as instituições de ensino superior, nas esferas federal, estadual e municipal, tanto do sistema público quanto privado, considerando como cursos de formação de professores, todos os cursos de Licenciaturas, nas diferentes áreas de conhecimento, os cursos Normais Superiores, cursos de Pedagogia e os cursos de Educação Especial.

Nesse contexto a implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura pode fortalecer a inclusão escolar dos alunos surdos. No entanto, faz-se mister considerarmos alguns aspectos sobre essa inclusão. Apesar de a comunidade surda ser contemplada com a política de educação bilíngue, os pressupostos da inclusão escolar defendida de forma geral pelo MEC, conflitam com os pressupostos de educação bilíngue defendidas no Decreto nº 5.626/2005.

Ao analisar os diferentes sentidos atribuídos à educação bilíngue e à inclusão, presentes na *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* e no Decreto nº 5.626/2005, Lodi (2013) observa que, apesar da elaboração da *Política* por meio de um discurso que busca uma aproximação com os princípios da educação bilíngue para surdos constitutivos do Decreto, há um nítido distanciamento entre suas proposituras, principalmente pelo papel que a Libras ocupa nos referidos documentos, segundo a autora:

o Decreto compreende educação bilíngue para surdos como uma questão social que envolve a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa, em uma relação intrínseca com os aspectos culturais determinantes e determinados por cada língua; a *Política*, por sua vez, reduz educação bilíngue à presença de duas línguas no interior da escola sem propiciar que cada uma assuma seu lugar de pertinência para os grupos que as utilizam, mantendo a hegemonia do português nos processos educacionais (LODI, 2013, p. 49).

Dessa forma, a concepção presente da *Política* limita a transformação proposta para a educação de surdos apenas ao plano discursivo e restringe a inclusão à escola, impossibilitando uma ampliação desse conceito a todas as esferas sociais, conforme defendido pelo Decreto (LODI, 2013), além disso:

Essa diferença entre os sentidos dos conceitos de educação bilíngue e de inclusão nos dois documentos tem alimentado velhas tensões e inviabilizado o diálogo entre as proposições da *Política de Educação Especial* e do Decreto nº 5.626/05 (LODI, 2013, p. 49).

Posto isto, podemos notar que a disciplina de Libras para os cursos de Licenciaturas, apesar de seu valor de medida protagonista nas proposições do Decreto 5.626/2005, se mostra mais afeita aos objetivos da inclusão escolar do que aos objetivos da educação bilíngue propriamente dito, visto que apesar de gerar visibilidade para a língua e à surdez, ao mesmo tempo não promove as condições para o desenvolvimento a educação bilíngue, mantendo o ensino a língua portuguesa como primeira língua.

1.3 O decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005

Em 2002, com o reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão, através da Lei 10.436, seu uso pelas comunidades surdas foi legitimado, possibilitando a estes buscar com base na lei, junto ao poder público, o respaldo para acesso à educação e outros serviços públicos por meio da Libras (LACERDA, 2012).

A Lei nº 10.436 de 2002, só veio a ser regulamentada em 2005, pelo Decreto nº 5.625, quando se tornou obrigatória a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e Fonoaudiologia, ampliando a abrangência de profissionais que deveriam ter conhecimentos sobre Libras, potencializando o desenvolvimento educacional de alunos surdos de modo a respeitar sua condição linguística diferenciada, ainda que de modo incipiente (LACERDA, 2012).

Sobre os termos do Decreto, a inclusão da disciplina de Libras, objeto de estudo para esta dissertação, é descrita em seu artigo 3º do capítulo II que preconiza que:

a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

No parágrafo primeiro do mesmo artigo definem-se os cursos de formação de professores para o exercício do magistério:

Todos os cursos de Licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério (BRASIL, 2005, Artigo 3º, §1º).

Preconiza ainda, no segundo parágrafo do artigo terceiro, que a disciplina de Libras deve ser ofertada como disciplina curricular optativa para os demais cursos de nível superior e de educação profissional a partir de um ano de publicação do Decreto.

Por fim, apresentamos o artigo 9º, do capítulo III, seus incisos I, II, III e IV e parágrafo único que dispõe sobre prazos e percentuais mínimos:

A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais

mínimos: I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição; II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição; III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição. Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais Licenciaturas (BRASIL, 2005).

Apesar de havermos destacado apenas os termos do Decreto que dizem respeito à inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores, objeto deste estudo, é importante considerar que estes termos estão em diálogo com todo o texto do Decreto que, como já destacamos, defende e favorece a educação bilíngue para surdos na medida em que seu texto fora construído a partir de um conceito de educação que tem como fundamento a diferença sócio-cultural dos surdos e a Libras como base para todo o processo educacional (LODI, 2013).

Com a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de Licenciaturas busca-se ampliar a difusão da Libras, potencializar a formação de futuros profissionais cientes da condição linguística diferenciada dos alunos surdos e promover o aumento da visibilidade do surdo que, potencialmente, torna-se mais presente, como sujeito sócio histórico, nas instâncias coletivas acadêmicas (LACERDA; ALBRES; DRAGO, 2013; MARTINS, 2008; ZYCH, 2008).

Ao considerar a condição linguística diferenciada do surdo e preconizar medidas de transformação educacional fundamentadas nessa diferença, o Decreto promove o resgate da educação como bem social, como direito de todos à educação de qualidade, com a superação dos desafios que a diferença pode provocar e os desafios do mundo contemporâneo, conjugados ao movimento transformador da educação e da sociedade como um todo (ZYCH, 2008).

Nesse sentido, concordamos com Lodi (2013) que considera que:

... o Decreto contribui com a transformação de nossa sociedade em inclusiva, garantindo o direito à educação a todos os brasileiros e, portanto, sua participação em todas as esferas de atividade humana (p. 60).

O Decreto surge com força de lei, em defesa de novas concepções de educação que por sua vez se relacionam com atendimento às diferenças, provocando uma desestabilização no *status quo* exigindo das instituições de ensino a reestruturação de uma proposta pedagógica (ZYCH, 2008).

Embora as contribuições do Decreto sejam inegáveis para atendimento educacional das pessoas surdas, não podemos ser ingênuos em acreditar que o Decreto por si só possa garantir a concretização de suas prerrogativas. Para isso devem ser criadas condições efetivas para sua concretização, sobretudo pelos gestores da Educação (THOMA; KLEIN, 2010).

Para Schubert e Coelho (2011) apesar da grande importância do Decreto para a educação de surdos, este deveria trazer em seu texto a Libras com status de língua oficial do Brasil, mas a mesma é apresentada como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, fato que, segundo os autores “não colabora com a real necessidade brasileira de educação inclusiva” (p. 12050).

Esses autores argumentam que, para que um curso tenha inclusão da disciplina há a necessidade da ampliação da carga horária ou adaptação curricular, mas os cursos de formação de professores ofertam a disciplina de Libras em curto espaço de tempo, visando apenas o cumprimento da legislação (SCHUBERT; COELHO, 2011).

Sobre a preparação adequada dos professores para atuar junto ao aluno surdo, preconizadas pelo Decreto, Vitaliano e Dall’acqua (2012) ponderam que o fato de haver a disciplina de Libras nos currículos dos cursos de Licenciaturas não garante uma formação condizente com a atuação esperada. As autoras argumentam que:

... essa lei não explicita os objetivos a serem atingidos com a inclusão da referida disciplina e nem mesmo os conteúdos a serem trabalhados. Sabemos que a Libras é uma das necessidades para incluir alunos surdos, mas temos outras, tais como: o conhecimento dos materiais pedagógicos e dos processos de aprendizagem dos alunos surdos (VITALIANO; DALL’ACQUA, 2012, p. 111).

Sobre a inclusão da disciplina de Libras no curso de pedagogia, Mercado (2012) discute as consequências desastrosas que as baixas cargas horárias da disciplina de Libras podem causar na formação acadêmica dos alunos surdos uma vez que representam pouco tempo para que o futuro professor possa conhecer Libras e saber como educar estes alunos e suas implicações na alfabetização. Segundo a autora:

As instituições de ensino superior, que formam esse profissional devem, portanto, estabelecer um conteúdo programático que permita uma formação de qualidade, assim como avaliações capazes de conferir a formação bilíngue que esse professor deverá adquirir, mas, principalmente, uma revisão da carga horária desta disciplina, buscando sua ampliação, a fim oferecer condições para que o professor em formação tenha tempo para acesso às informações fundamentais para lidar e desenvolver, satisfatoriamente, a educação da criança surda (MERCADO, 2012, p. 76 e 77).

Os estudos acima citados (SCHUBERT; COELHO, 2011; VITALIANO; DALL'ACQUA, 2012; MERCADO, 2012) chamam atenção para possíveis negligências em relação à efetivação dos termos do Decreto e contribuem para elucidar esta questão na medida em que alertam para a necessidade de uma discussão mais aprofundada desses termos e os perigos de reprodução e perpetuação das práticas excludentes no atendimento a alunos surdos.

Nos entanto, faz-se mister algumas considerações sobre os apontamentos desses estudos.

Sobre a questão da Libras não ser descrita como língua oficial brasileira no Decreto, mas como disciplina a ser inserida no currículo dos cursos de Licenciatura (SCHUBERT; COELHO, 2011), é importante destacarmos que a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão na Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 (Lei Libras), em seu artigo 1º e parágrafo único. A lei Libras determina em seu artigo 5º entrar em vigor a partir da data de sua publicação (BRASIL, 2002), cabendo ao Decreto nº 5626/2005 as disposições que não são detalhadas na mesma, relativas aos serviços de apoio e difusão da Libras e do atendimento à pessoa surda através dos serviços públicos e conveniados de saúde e educação, a saber, os artigos 2º, 3º e 4º.

Podemos notar que as diferentes interpretações dos textos da Lei e Decreto aqui tratados podem promover diversos encaminhamentos tanto para os estudos quanto para a implementação da disciplina de Libras e sua efetivação.

Aos que pretendem ensinar uma nova língua, no caso a Libras, através dos cursos de formação de professores, assim como sua reivindicação por diretrizes precisas e padronizadas como carga horária, conteúdo programático, produção de materiais e metodologias de ensino, devemos estar atentos para duas questões centrais.

A primeira diz respeito à distinção dos níveis de ensino e a formação dos profissionais para atuarem nesses níveis.

A exemplo do próprio Decreto, devemos considerar as distinções de cada nível de ensino e o tipo de formação pretendido para os recursos humanos que potencialmente efetivarão as proposições do Decreto em uma proposta bilíngue séria.

Para o ensino de Libras na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, o Decreto aponta que a formação de docentes deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso Normal Superior em que a Libras tenha se constituído língua de

instrução (BRASIL, 2005, Artigo 5º), ou seja, trata-se de cursos de Pedagogia Bilíngue² ou curso Normal Superior Bilíngue.

No entanto, os cursos de Pedagogia convencionais, ou seja, cursos em que a Libras e língua portuguesa na modalidade escrita não tenham sido línguas de instrução, deverão incluir disciplina de Libras em seu currículo por serem cursos de Licenciatura.

Diante disso, podemos notar uma distinção entre essas formações. Uma delas, a formação do pedagogo bilíngue, aquele que deverá atuar em classes de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental cuja língua de instrução seja Libras, ou seja, ensinarão os conteúdos curriculares e alfabetizarão alunos surdos através da Libras e da modalidade escrita da língua portuguesa. A outra, a formação do pedagogo convencional, que atuará em diversos níveis e segmentos educacionais e que precisam de conhecimento em Libras.

Ao desconsiderar tal distinção entre tipo de formação e atuação de pedagogos e pedagogos bilíngues, estudos como de Mercado (2012) assumem os cursos de Pedagogia como responsáveis pela formação do pedagogo bilíngue e acabam por responsabilizar quase exclusivamente a baixa carga horária da disciplina de Libras pela impossibilidade de formação adequada desses profissionais.

Para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio e educação profissional como já demonstramos na seção anterior, a demanda profissional é por:

... docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005, Artigo 22, Inciso II).

A segunda questão é referente à autonomia universitária. Segundo o Decreto todas as instituições de ensino superior devem incluir a disciplina de Libras em seus cursos de Licenciaturas, no entanto, a forma como essa medida é efetivada é de responsabilidade e é ao mesmo tempo, direito das instituições, prevista na Constituição Federal de 1988:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao

² O único curso de Pedagogia Bilíngue com turmas formadas encontra-se em funcionamento na modalidade presencial, ofertado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, RJ, com início em 2008. Com o Programa 'Viver sem Limites' promovido pela Casa Civil da Presidência da República em 2011, várias universidades federais foram convidadas a ofertar cursos de Pedagogia Bilíngue. Estes cursos estão sendo organizados ou ofertados recentemente e não encontram-se disponíveis dados do número de cursos de Pedagogia no presente momento.

princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Artigo 207, caput.).

Desse modo, se acredita nos potenciais científicos e éticos da academia, *locus* de conhecimento e crítica, em medidas como contratação e mobilização dos profissionais capacitados para elaboração de disciplinas que respeitem as demandas e realidades em que estão situados.

Devemos destacar que o alerta desses estudos (VITALIANO; DALL'ACQUA, 2012; MERCADO, 2012) para a questão da baixa carga horária é pertinente uma vez que disciplinas com maior carga horária, desenvolvidas qualitativamente, potencializariam o ensino dos aspectos que envolvem a Libras e educação de surdos para os futuros docentes.

Em estudo semelhante ao de Mercado (2012), também tratando da implementação da disciplina de Libras em Curso de Pedagogia, Machado e Lirio (2011) afirmam que:

A inserção da Libras no currículo do curso de Pedagogia e das Licenciaturas, proporcionou a abertura para conhecimento do novo, possibilitou a conhecer e ampliar seus conhecimentos ao direito a participação social. Pois os alunos começaram a reconhecer os surdos como participantes reais da sociedade, com limitações como qualquer ouvinte (MACHADO; LIRIO, 2011).

Sobre a inclusão da disciplina de Libras no currículo do curso de Licenciatura em Matemática, Benedetti (2009), analisa a questão como complexa e afirma que:

[...] ações tomadas que visem à qualificação da sala de aula no ensino básico, em especial nas aulas de Matemática, para inclusão do surdo, dependerá em muito da formação que daremos aos egressos de nossa Licenciatura, será fundamental buscar formas de interagir teoria e prática e de integrar a Libras com língua portuguesa e matemática, sem esquecer as múltiplas questões afetivas que integram o pano de fundo desse processo complexo de aprendizagem (BENEDETTI, 2009, p. 171).

Em seu estudo sobre a implementação da disciplina de Libras em diferentes cursos de Licenciatura, Lodi e Nogueira (2011) afirmam que:

[...] a disciplina de Libras, visando à formação de docentes capazes de refletirem sobre as diversas situações do cotidiano escolar, mais que um espaço de ensino e aprendizagem, tornou-se um espaço de discussões e reflexões críticas sobre a educação de alunos surdos; mostrou-se um espaço para que (trans)formações, no que tange à postura e compreensão dos futuros profissionais ocorressem, possibilitando, desse modo, que futuramente, esses alunos possam vir a atuar com estes sujeitos de uma maneira mais efetiva e com um

olhar diferenciado, uma vez que possuem elementos (ou meios de buscá-los) para refletir sobre e adequar suas práticas (p. 44).

Como podemos notar, estudos realizados em diferentes realidades mostram resultados distintos, dos quais podemos inferir que o sucesso ou fracasso na efetivação dos termos do Decreto está diretamente ligado à interpretação e encaminhamentos dos gestores e demais agentes envolvidos com a questão nas universidades e no processo de ministrar as disciplinas.

Vale ressaltar que em termos cronológicos, a promulgação dessas leis e realização das ações decorrentes das mesmas é muito recente, o que nos leva a considerar que ainda vivenciamos as discussões iniciais de sua efetivação, mas que não podemos nos omitir desse processo, uma vez que somos nós os agentes transformadores dessa realidade.

2. O QUE TEM SIDO DITO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NO CONTEXTO DOS CURSOS DE LICENCIATURA

É notável como são relativamente numerosas e relevantes as pesquisas sobre Libras nas mais diversas temáticas, no entanto, sobre o processo de implementação da disciplina de Libras ainda temos poucos estudos publicados.

Este fato é compreensível se considerarmos quão recente é essa temática e o tempo despendido para realização de uma pesquisa acadêmica.

Para familiarização e identificação das potencialidades desses estudos, procedemos com uma revisão dessa produção científica, para tanto, realizamos coleta de dados mediante acesso ao Banco de Teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), através do site <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>, no qual há a possibilidade de acessar informações sobre teses e dissertações defendidas junto aos programas de pós-graduação do Brasil. Delimitamos nossa busca em níveis e anos das bases: doutorado, mestrado e mestrado profissionalizante, com bases produzidas em quaisquer datas.

Como descritores dos assuntos a serem relacionados no processo de busca, optamos pelos termos *'formação de professores, ensino de libras no ensino superior, políticas educacionais inclusivas, libras nos cursos de Licenciatura, área da educação e implementação da disciplina de libras'*, sempre combinando os termos entre si em grupos de três e/ou dois termos simultaneamente.

Procedemos então com a identificação das produções encontradas, partindo da leitura do título de cada trabalho apresentado nos resultados de buscas com as diferentes combinações entre os descritores. Ao identificarmos o trabalho como objeto de estudo, ou seja, cada tese e/ou dissertação que tratasse da implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciaturas, acessamos e lemos seus respectivos resumos.

Uma vez constatada a relação de pertinência do trabalho encontrado com o tema da revisão de literatura, transcrevemos alguns dados em uma tabela, tais como nome do autor, título do trabalho, palavras chave utilizadas pelo autor e o *link* de acesso a essas informações no sítio do banco de teses da Capes.

Os resultados dessa busca podem ser observados na tabela abaixo:

RESULTADO FINAL DE BUSCA NO BANCO DE TESES DA CAPES			
AUTOR	TÍTULO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PPG) - INSITUIÇÃO	ORIENTADOR
Terezinha de Lourdes Pereira (2008)	Os Desafios da Implementação do Ensino de Libras no Ensino Superior.	PPG em Educação – Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, SP	Profa. Dra. Tércia Regina da Silveira Dias.
Cristina Costa de Moraes (2011)	A institucionalização da Libras nas universidades: representações sociais de professores dos cursos de Licenciatura sobre a inclusão de surdos	Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.	Profa. Dra. Rita de Cassia Pereira Lima
Elissandra Lourenço Perse (2011)	Ementas de LIBRAS nos Espaços Acadêmicos: que profissionais para qual inclusão?	PPG em Letras (Linguística) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Profa. Dra. Del Carmem Daher
Cleuza Kuhn (2011)	Educação inclusiva: das ações institucionais à formação inicial dos professores na UFPR	PPG em Educação da Universidade Federal do Paraná	Profa. Dra. Laura Ceretta Moreira
Josiane Junia Facundo de Almeida (2012)	Libras na formação de professores: percepções dos alunos e da professora.	PPG em Educação da Universidade Estadual de Londrina	Profa. Dra. Célia Regina Vitaliano
Fernanda Cilene Moreira de Meira (2012)	Atitude social e inclusão de alunos surdos: os impactos da obrigatoriedade da disciplina de libras nos cursos de formação de educadores.	PPG em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP	Profa. Dra. Beatriz Regina Pereira Saeta
Rúbem da Silva Soares (2013)	Educação bilíngue de surdos: desafios para a formação de professores	PPG em Educação da Universidade de São Paulo (Faculdade de Educação)	Profa. Dra. Rosangela Gavioli Prieto

Tabela 1. Resultado final de busca no Banco de Teses da Capes.

Nas buscas realizadas não foi encontrada nenhuma tese de doutorado, o que demonstra carência do acompanhamento do processo de implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura sob a perspectiva de uma pesquisa com o rigor e nível científico de um trabalho de doutorado. Há de se considerar o quão recente é a temática proposta.

Também não foram encontradas dissertações de mestrado profissionalizante sobre o tema.

Elegemos entre as dissertações de mestrado que encontramos àquelas de mesmo tema ou temas correlatos de pesquisa, considerando a discussão sobre a implementação da disciplina de Libras como critério de proximidade com o tema.

Foi identificado o total de sete dissertações de mestrado das quais foi possível o acesso a seis trabalhos completos através de mecanismos diversos de busca na internet, como sítios oficiais de universidades e seus programas de pós-graduação, entre outros.

Partindo da ordem cronológica de defesa dos trabalhos, a primeira dissertação data do ano de 2008, ou seja, três anos depois da publicação do Decreto nº 5.626/2005.

Em estudo intitulado ‘Os Desafios da Implementação do Ensino de Libras no Ensino Superior’, Pereira (2008) procura verificar o cumprimento da Lei 10.436 de acordo com o Decreto nº 5.626/2005 no que tange à implementação da disciplina de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e Fonoaudiologia.

O estudo foi realizado em oito IES da rede privada em oito municípios diferentes, quatro no interior do Estado de São Paulo e quatro no interior do Estado de Minas Gerais.

As IES investigadas apresentaram um total de 10 cursos (seis cursos de Pedagogia, dois cursos de Letras, um curso Normal Superior e um curso de Fonoaudiologia) alvo da implementação da disciplina.

A autora denomina sua pesquisa como um estudo de campo e descritivo e seu instrumento de coleta como entrevista ‘semiestruturada *in loco*’, atribuindo aos coordenadores de cursos das instituições pesquisadas a responsabilidade pela implementação da disciplina de Libras nos cursos de graduação das mesmas.

Como resultado, Pereira (2008) destaca que das oito IES pesquisadas naquela época, três já haviam implementado a disciplina de Libras em seus cursos de graduação; três contemplavam a disciplina nas matrizes curriculares dos cursos, mas não haviam implementado de fato a disciplina e as outras duas ainda não haviam iniciado o processo.

A autora aponta também que nesse contexto, dos 10 cursos pesquisados, apenas quatro já haviam implementado a disciplina efetivamente, enquanto cinco tentaram contemplar o ensino da Libras através de palestras ou inserida dentro de outras disciplinas.

Outro aspecto que a autora destaca é que, das três IES que implementaram a disciplina de Libras, duas contavam com professores surdos e a terceira com professores ouvintes fluentes em Libras.

Como conclusão do estudo, os principais apontamentos de Pereira (2008) são que a falta de conhecimento acerca da legislação sobre Libras e educação de surdos por parte dos coordenadores de curso dificultava a implementação da disciplina de Libras.

Conclui também que as cargas horárias das disciplinas ofertadas eram insuficientes para o ensino da Libras em sua totalidade, apontando em suas discussões a

concordância com seus entrevistados sobre este aspecto e; destaque para a “falta de apoio dos órgãos responsáveis em assessorar o Projeto Político-Pedagógico das instituições particulares” (PEREIRA, 2008, p. 79) para nortear a implementação da disciplina de Libras.

Vale destacarmos que nos parece ingênuo almejar ensinar uma língua em sua totalidade, para alunos dos diversos cursos de Licenciaturas no espaço de uma disciplina, tenha ela 30 ou mais horas. Esse não parece ser o propósito do Decreto nº 5.626/2005, ao nosso ver.

É preciso estar atento a esta questão, mas também, é preciso considerar o papel da disciplina de Libras em cada curso em que é implementada diante dos pressupostos da educação bilíngue para surdos. Uma ideia equivocada do papel dessa disciplina pode, não somente impossibilitar o sucesso de sua implementação, como forjar seu fracasso por falta de clareza de seus propósitos.

A pesquisa de Pereira (2008) focaliza o início da implementação da disciplina de Libras e já levanta o debate da pertinência de professores ouvintes serem responsáveis por esta disciplina, mesmo que a legislação priorize a contratação de surdos para esta função. Há que se considerar a baixa oferta de profissionais qualificados surdos na época de seu estudo.

Podemos perceber também no estudo supracitado aspectos de possível procrastinação da implementação da disciplina de Libras na medida em que algumas IES procuram alternativas para atender a lei, como sua previsão nos documentos oficiais da instituição, mas de concreto apenas a realização de palestras e cursos de extensão.

Perse (2011) apresenta em sua dissertação de mestrado ‘Ementas de LIBRAS nos Espaços Acadêmicos: que profissionais para qual inclusão?’, interessada em verificar a implementação as disciplinas de Libras e Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (L2) para surdos nas grades curriculares das cinco universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro e na identificação dos discursos sobre a surdez, Libras e as concepções sobre ensino de línguas nesses espaços.

A autora realiza pesquisa exploratória que, segundo a mesma, se aproxima de pesquisa diagnóstica e estudo de caso, ressaltando a escassez de estudos anteriores sobre o tema.

O *corpus* para sua pesquisa constituiu-se das ementas das disciplinas de Libras e Língua Portuguesa como segunda língua para surdos junto às referidas universidades, bem como o Decreto nº 5.626/2005, mais especificamente os artigos³ 3º e 13º.

A autora demonstra por meio de seus resultados que das cinco universidades pesquisadas, quatro contemplaram o Decreto em relação à implementação de Libras nas Licenciaturas, apenas uma implementou a disciplina de Língua Portuguesa como L2 para surdos no curso de Letras e nenhuma implementou esta última disciplina nos cursos de Pedagogia.

A autora discute o gênero ‘ementa’ e os elementos que o documento deve conter, bem como os espaços que a disciplina de Libras ocupa nas universidades e seu vínculo com institutos e departamentos, além do perfil dos professores das disciplinas.

Perse (2011) conclui que o entendimento diferente sobre a implementação das exigências do Decreto por cada universidade faz com que se instituem distintos perfis de seus profissionais egressos.

Além disso, conclui que há nesses espaços o predomínio de uma concepção de ensino de línguas baseada numa visão estruturalista de língua e na decodificação de vocábulos.

O estudo de Perse (2011) contribui para evidenciar algumas questões importantes sobre a implementação da disciplina de Libras a partir da ótica da área da linguística e seu respectivo referencial teórico, questionando a relevância das determinações do Decreto nº 5.626/2005.

A partir da impossibilidade de se ensinar uma língua no contexto de uma disciplina e nesse âmbito dificultar a consolidação da Libras enquanto língua nos espaços acadêmicos, questiona ainda a preocupação das instituições em aparentemente apenas cumprir a legislação sem contemplar efetivamente as exigências de formação de professores para educação de surdos.

Reiteramos nossa postura sobre os propósitos de disciplinas de Libras nos cursos de formação de professores: que devem considerar os níveis de ensino e os pressupostos da educação bilíngue para surdos dispostos no Decreto nº 5.626/2005, conforme já citados neste artigo. Concordamos com a autora sobre os diferentes encaminhamentos

³ Os artigos 3º e 13º do Decreto nº 5.626/2005 tratam da implementação da disciplina de Libras na grade curricular dos cursos de formação de professores e Fonoaudiologia e da implementação de disciplina de ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita para surdos nos cursos de Pedagogia e Letras com habilitação em língua portuguesa respectivamente.

na implementação da disciplina de Libras de acordo com os contextos em que estiver inserida.

No entanto, é preciso considerarmos que segundo o Decreto, todas as instituições de ensino superior devem incluir a disciplina de Libras em seus cursos de Licenciaturas, mas, a forma como essa medida é efetivada é de responsabilidade e é ao mesmo tempo, direito das instituições, prevista na Constituição Federal de 1988, sob a garantia da autonomia universitária.

Kuhn (2011) defende sua dissertação de mestrado intitulada ‘Educação inclusiva: das ações institucionais à formação inicial dos professores na UFPR’ apresentando como objetivo analisar a formação inicial de professores em três cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Paraná – UFPR, bem como ações e iniciativas adotadas pela universidade com relação às necessidades educacionais especiais (NEEs) e verificar estes aspectos frente à educação inclusiva.

A autora realiza pesquisa qualitativa dividida em duas fases. Na primeira realiza pesquisa documental, definindo como corpus os projetos pedagógicos de quatorze cursos presenciais de Licenciatura da UFPR, dos quais elegeu três que já estivessem adaptados à reforma curricular e apresentassem histórico de participação de alunos com NEEs em seus programas, bem como os documentos oficiais em nível federal e estadual sobre educação inclusiva.

Na segunda fase realiza entrevista semiestruturada com os três coordenadores dos três cursos eleitos na primeira fase de pesquisa, bem como com nove professores, entre os quais havia os que já lecionaram disciplinas sobre educação especial ou políticas formativas e os que atuavam em áreas alheias ao tema da pesquisa.

Kuhn (2011) analisa seus dados a partir da perspectiva da análise de conteúdo elegendo três principais categorias analíticas: formação inicial e continuada, ações e iniciativas da UFPR e educação inclusiva.

Com seus resultados, a autora concluiu que mesmo após reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura analisados, os mesmos demonstravam poucos avanços no que se refere à perspectiva inclusiva e constata que apenas a disciplina de Libras foi incorporada de forma obrigatória em todos os cursos, com vistas a atender o Decreto nº 5.626/2005 e que em um dos cursos analisados, a disciplina de Fundamentos da Educação Especial teve sua carga horária duplicada.

Entendemos que este estudo corrobora com o protagonismo da disciplina de Libras no Decreto nº 5.626/2005 e reforça o papel desta lei na indução de iniciativas de atendimento aos direitos das pessoas surdas, sobretudo o direito à educação.

Mais que isso, a nosso ver, para além da educação de surdos, a medida inédita de implementação da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores no ensino superior por força de lei, torna-a protagonista também no que tange ao atendimento da inclusão escolar de alunos com deficiências de um modo geral.

No entanto, mesmo instituições que pretendem pensar-se inclusivas, apenas implementam a disciplina de Libras por força de lei e não chegam a alterar de maneira significativa seus fazeres e seus modos de pensar.

A dissertação de mestrado de Almeida (2012), intitulada 'Libras na formação de professores: percepções dos alunos e da professora', apresenta como objetivo caracterizar a implementação da disciplina de Libras no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina - UEL e seus efeitos junto aos graduandos, bem como analisar as percepções da professora sobre a organização e objetivos da disciplina de Libras no currículo do curso de Pedagogia.

A autora considera seu estudo como pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, optando pelo processo investigativo do estudo de caso intrínseco, considerando aproximações com estudo de avaliação de um programa.

Como coleta de dados foi realizada entrevista semiestruturada com a professora da disciplina de Libras, aplicação de questionário com 40 alunos que já haviam finalizado a disciplina de Libras e análise do programa da disciplina.

Sobre a análise do programa da disciplina, a autora aponta que os conteúdos e objetivos da disciplina focalizam os aspectos linguísticos e o desenvolvimento de atividades práticas pertinentes a Libras.

A autora discute os resultados coletados a partir do questionário e conclui que muitos alunos, mesmo depois de terem finalizado a disciplina de Libras, ainda se sentiam inseguros em receber alunos surdos em suas salas de aula.

A autora acredita que esta insegurança seja generalizada em relação à atuação de forma ampla, não especificamente com alunos surdos, uma vez que estes estudantes ainda não tiveram experiência profissional em sala de aula.

Quanto aos resultados da entrevista com a professora da disciplina de Libras, Almeida (2012) destaca que a professora surda concebe como o principal objetivo da

disciplina sensibilizar os futuros professores para atuarem com alunos surdos nas salas de aulas por meio do conhecimento da cultura surda e da língua de sinais.

Em suas considerações finais, a autora aponta para os problemas encontrados pela baixa carga horária da disciplina, alertando para que se explicitem os objetivos da disciplina de forma que não se criem expectativas sobre o domínio da língua; a quantidade de alunos por turma e a falta de um profissional tradutor/intérprete de língua de sinais para acompanhar a professora surda em todas as instâncias acadêmicas.

A autora conclui que é preciso aprimorar as contribuições que a disciplina de Libras pode oferecer à preparação de graduandos para a inclusão escolar de alunos surdos.

Assim como nos estudos anteriores aqui tratados, a pesquisa de Almeida (2012) nos chama a atenção para questionamentos acerca da carga horária das disciplinas de Libras pesquisadas.

No entanto, a pesquisa de Almeida (2012) nos revela um cenário de implementação da disciplina de Libras mais realista, não partindo do pressuposto do ensino de uma língua em sua completude, mas definindo seus objetivos de acordo com o contexto de sua implementação, considerando como tarefa básica da disciplina ministrar noções básicas da Libras.

Também são relevantes os apontamentos do estudo sobre a insegurança dos alunos relacionados com sua inexperiência profissional e não como por um fracasso da disciplina.

Além disso, destaca-se que a presença de professor surdo contribui para a formação em Libras e experiências relativas à inclusão, mas não encerra os problemas da consolidação da disciplina de Libras.

Sobre este último aspecto, o estudo aponta a necessidade de tradutor/intérprete de Libras em todas as instâncias acadêmicas, mas ao nosso ver, a presença de tal profissional se configura mais como direito do profissional surdo, de acordo com sua escolha.

Neste contexto, a presença desse profissional em sala de aula talvez seja importante em um primeiro momento, como no início da disciplina para apresentações e contextualização, mas com tendência a sair de cena e deixar a comunicação direta entre professor surdo e os alunos que estão em situação de aprendizagem dessa língua.

Entendemos que a experiência dos estudantes ouvintes com o professor surdo pode ser menos proveitosa se ela for sempre mediada pela presença do intérprete de Libras.

Meira (2012) em sua dissertação de mestrado intitulada ‘Atitude social e inclusão de alunos surdos: os impactos da obrigatoriedade da disciplina de libras nos cursos de formação de educadores’, tem como objetivo analisar a intervenção da disciplina de Libras sobre a atitude social explícita e implícita nos discentes dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas em relação à inclusão do aluno surdo.

A autora realiza pesquisa quantitativa e qualitativa, lançando mão de questionário de identificação de atitude social em relação à inclusão de alunos surdos e teste de associação implícita aplicados a trinta e oito alunos dos cursos de formação de professores que frequentaram a disciplina de Libras em uma universidade da rede privada.

Para Meira (2012) os resultados do estudo revelam que houve variação significativa nas atitudes implícitas e explícitas dos alunos ao comparar os momentos pré e pós-passagem pela disciplina de Libras o que para ela indica diminuição da preferência por alunos sem deficiência e maior disponibilidade em relação à inclusão de alunos surdos.

A autora conclui em seu estudo que disciplinas relacionadas à inclusão afetam positivamente a atitude social dos professores em processo de formação e apresentam-se como política pública eficiente na minimização das barreiras em relação à inclusão.

Este estudo colabora com as discussões acerca da implementação da disciplina de Libras no tocante a aceitação dos alunos pela mesma. Além disso, evidencia as potencialidades da disciplina de Libras em gerar mudanças de paradigmas e como *start* para atitudes mais favoráveis à inclusão dos alunos surdos por parte dos futuros professores.

Assim como no estudo de Kuhn (2011), a pesquisa de Meira (2012) corrobora com a ideia de que as consequências da implementação da disciplina de Libras de forma obrigatória nos currículos dos cursos de formação de professores extrapolam o campo da educação de surdos, chamando a atenção dos espaços acadêmicos para a formação de profissionais que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiências.

Soares (2013) defende sua dissertação de mestrado intitulada ‘Educação bilíngue de surdos: desafios para a formação de professores’ na qual busca discutir a formação em cursos de Licenciatura em Pedagogia e Letras em IES com vistas às determinações

do Decreto nº 5.626/2005, com objetivo de elencar quais são os principais desafios na formação inicial de professores para educação básica, considerando que estes professores deverão atender alunos surdos no contexto da educação bilíngue em que a língua portuguesa na modalidade escrita deve ocupar o espaço de L2.

O autor lança mão de pesquisa bibliográfica, destacando a escassez de trabalhos sobre a formação de professores no contexto apresentado, sobretudo focalizando língua portuguesa escrita como L2.

Utiliza fontes do campo da surdez e Libras principalmente apoiado na abordagem sócio-antropológica, legislação pertinente ao campo da educação de surdos e educação especial e autores do campo da Linguística Aplicada que abordam os temas propostos.

Em seus resultados, Soares (2013) aponta para quatro desafios principais para a formação inicial dos professores que atuarão na educação bilíngue para surdos: 1) a formulação de diretrizes para a formação inicial com vistas a dotar o futuro professor de conhecimentos essenciais à sua boa prática docente com esse grupo de alunos; 2) investimentos na construção de ações que visem a trabalhar as eventuais crenças que o professor pode ter sobre a (in)capacidade de aprendizagem desse aluno; 3) reflexão sobre instrumentos dos quais o professor pode lançar mão para desenvolver uma metodologia e materiais que venham a ser eficientes no ensino de português-por-escrito para o aluno surdo; 4) trabalho com esse futuro professor visando gerar conhecimentos linguísticos suficientes, que possibilitem a sua reflexão sobre o estatuto da Libras.

O autor conclui que além da inserção da disciplina Libras, não foram localizadas produções que informem sobre ações abrangentes que, eventualmente, as IES estejam promovendo, para formar professores que atenderão aos alunos surdos na educação bilíngue. E, embora a legislação tenha previsto a criação de tais cursos, também não foram localizadas informações de ações do MEC para que as IES cumpram essa previsão legal.

O estudo de Soares (2013), colabora com a discussão sobre a implementação da disciplina de Libras na medida em que procura apontar diretrizes que podem ser generalizadas para implementação das disciplinas que visem formar professores para atender alunos surdos.

E este estudo, assim como o de Kuhn (2011) apresenta a implementação da disciplina de Libras como única iniciativa das IES como medida de formação de

professores com vistas à inclusão; e bem como Perse (2011) destacam a escassez de produções sobre o tema investigado.

As contribuições desses estudos são ricas e diversas para a compreensão do processo de implementação da disciplina de Libras nas realidades pesquisadas.

Concordamos com Perse (2011) e Soares (2013) sobre a escassez de trabalhos publicados sobre este tema, se consideramos um processo de abrangência nacional tendo decorrido nove anos da promulgação do Decreto nº5.626/2005.

Das questões mais recorrentes, destacamos as discussões acerca da carga horária das disciplinas de Libras, inegavelmente baixas, mas que aparentemente seguem os mesmos modelos de outras disciplinas de diversas áreas já existentes, se configurando conforme o curso, instituição, enfim, conforme o contexto de sua implementação.

A implementação das disciplinas de Libras nos cursos de formação de professores está longe de resolver o problema da educação de surdos no Brasil, na verdade, mesmo em pleno desenvolvimento e se atendesse todas as expectativas de sua implementação, só resolveria parte da questão.

Muitas outras ações permanecem necessárias, no entanto, é inegável que os impactos dessa medida potencializam interesse pelo debate acerca da inclusão escolar de alunos surdos e abre caminho para que mais seja feito no sentido da formação de recursos humanos para contemplar a inclusão escolar e social de alunos com deficiências.

3 – METODOLOGIA

3.1 – Natureza da pesquisa

O percurso metodológico deste estudo envolveu uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva.

As características básicas de uma investigação qualitativa em educação destacam-se pela descrição dos fenômenos conforme os significados expressos no ambiente, a preocupação com o processo, isto é, como as pessoas constroem os significados e as suas representações; a tendência à análise indutiva, a importância do significado, entendido como o sentido que as pessoas dão aos fatos (BOGDAN; BIKLEN, 1997).

Para Gil (2008), as pesquisas de natureza descritiva:

têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] São incluídas nesse grupo as pesquisas que tem por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população (p. 28).

Diante disso, procuramos nesse estudo desenvolver e esclarecer conceitos e ideias presentes no processo de implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura segundo as prerrogativas do Decreto nº 5.626/2005.

Para ancorarmos nossos objetivos, realizamos esta pesquisa em três partes: *Estudo I*, análise dos planos de ensino das disciplinas de Libras; *Estudo II*, realização de entrevistas com gestores e professores envolvidos no processo de implementação da disciplina nas IES pesquisadas e; *Estudo III*, realização de grupo focal com alunos egressos dessas disciplinas.

3.2 – Procedimentos éticos da pesquisa

A pesquisa foi realizada após sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa Plataforma Brasil, e pode ser identificada pelo protocolo de código CAAE 19196713.9.0000.5504. Além disso, os sujeitos participantes desta pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual procuramos explicar o tema da pesquisa, seus objetivos, forma de participação, riscos na realização das entrevistas e benefícios.

O TCLE assegura ainda, o sigilo sobre a identidade dos participantes e seu direito de obter informações sobre o desenvolvimento da pesquisa sempre que

solicitarem bem como o direito retirar-se da mesma no momento em que desejar, sem quaisquer prejuízos. Os dados foram armazenados em local seguro e serão utilizados com fim estritamente científico. Os participantes foram ainda informados que a pesquisa não lhes ofereceria quaisquer ônus.

3.3 – Local da pesquisa

O local escolhido para realização da pesquisa foi uma cidade de médio porte situada no interior do Estado de São Paulo. Esta cidade possui em seu território diferentes instituições de ensino superior: uma universidade pública federal, diretamente submetida ao Decreto nº 5.626/2005; uma universidade pública estadual, que não responde diretamente à esfera federal, já que responde Conselho Estadual de Educação e; um centro universitário da rede privada de ensino⁴.

Todas essas IES ofertam cursos de Licenciaturas, conferindo à cidade o *status* de um importante centro de formação de professores, compondo um cenário propício para uma investigação que pretenda compreender como as diferentes IES fizeram a implementação da disciplina de Libras e os desdobramentos implicados nesse processo.

Diante disso, olhar este cenário pode nos dar notícias do que acontece também no contexto mais amplo, uma vez que a materialidade do tema é recorrente.

O estudo foi realizado nos campi dessas IES no município escolhido, especificamente nas unidades que oferecem os cursos de Licenciatura na modalidade presencial, num montante de 16 cursos identificados na tabela a seguir:

TABELA DE CURSOS DE LICENCIATURA NO MUNICÍPIO			
Licenciatura	PÚBLICA FEDERAL	PÚBLICA ESTADUAL	CENTRO UNIVERSITÁRIO PRIVADO⁵
01	Matemática (diurno e noturno)	Matemática	
02	Física (diurno e noturno)	Licenciatura em Ciências Exatas	
03	Química		
04	Filosofia		
05	Educação Física		
06	Ciências biológicas		
07	Educação Especial		

⁴ As IES públicas federais e privadas são avaliadas e tem seus cursos de graduação reconhecidos pelo MEC, sob a coordenação do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), já as IES públicas estaduais paulistas são credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo e não sofrem avaliação do INEP.

⁵ Durante a realização desse estudo foram encerrados cinco cursos de Licenciaturas no centro universitário da rede privada, Licenciaturas em História, Ciências Biológicas, Matemática, Letras e Educação Física, restando apenas o curso de Pedagogia.

08	Letras		
09	Musica		
10	Pedagogia (diurno e noturno)		Pedagogia

Tabela 2. Relação de Cursos de Licenciatura na cidade.

3.4 – Participantes da pesquisa

Foram convidados para compor a amostra do *Estudo II* Gestores Universitários e Professores de Libras, implicados no processo de implementação da disciplina de Libras junto aos Cursos de Licenciaturas em cada uma das Instituições de Ensino Superior presentes no município pesquisado, com os quais foi realizada entrevista.

Os critérios de inclusão para participação da amostra foram:

- Gestores que atuaram nas Instituições de Ensino Superior à época da implementação da disciplina de Libras nas Licenciaturas e que estiveram diretamente implicados nesse processo;
- Professores da disciplina de Libras que atuaram nas Instituições de Ensino Superior à época da implementação da disciplina de Libras nas Licenciaturas e que estiveram diretamente implicados nesse processo;

Participaram do estudo três Gestores universitários e dois professores de Libras. Foram atribuídos nomes fictícios aos participantes do estudo.

TABELA DE GESTORES PARTICIPANTES					
Gestor	Sexo	Idade	Tipo de IES	Cargo na época	Ano de início da disciplina
Snejder	Feminino	48	Centro Universitário – rede privada	Diretora de graduação.	2007 (2009) ⁶
Fellaini	Masculino	54	Universidade Pública - Federal	Vice-diretor de Centro/Instituto	2009
Zúñiga	Feminino	44	Universidade Pública - Estadual	Coordenadora de cursos de Licenciatura	Previsão 2015 Ead, 2017 presencial.

Tabela 3: Gestores Participantes.

⁶ Anotamos duas datas porque, segundo os relatos da gestora do curso, a disciplina começara em 2007, com a contratação da professora, no entanto, esta última alega ter sido contratada e iniciado a disciplina em 2009.

TABELA DE PROFESSORES DE LIBRAS PARTICIPANTES				
Professor de Libras	Sexo	Idade	Tipo de IES	Formação para o cargo
Peralta	Feminino	31	Centro universitário – rede privada	Pró Libras (instrutor e superior)
Miroslav	Feminino	33	Universidade Pública – Federal	Mestrado em Educação

Tabela 4: Professores de Libras Participante.

Participaram do *Estudo III* alunos egressos das disciplinas de Libras das IES investigadas.

Os critérios de inclusão para participação da amostra foram:

- Egressos das disciplinas de Libras das IES investigadas que finalizaram a disciplina.

TABELA DE PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL					
Nome	Sexo	Idade	Licenciatura	Tipo de IES	Período que curso a disciplina
Kostas	Feminino	28	Educação Especial	Univ. Pública – Federal	1º semestre de 2012
Didier	Feminino	30	Música	Univ. Pública – Federal	2º semestre de 2013
Zizao	Masculino	25	Matemática	Univ. Pública – Federal	1º semestre 2014
Pirlo	Masculino	28	Educação Especial	Univ. Pública – Federal	1º semestre de 2012
Casillas	Masculino	29	Ciências biológicas	Univ. Pública – Federal	1º semestre de 2012
Lampard	Feminino	31	Música	Univ. Pública – Federal	2º semestre de 2013

Tabela 5: Participantes do Grupo focal

3.5 – Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

Os instrumentos e procedimentos de coleta de dados foram referenciados a partir de: i) técnica de análise documental (CELLARD, 2008), ii) técnica de entrevista semiestruturada e iii) grupo focal (MORGAN, 1997; GATTI, 2005).

3.5.1 – Estudo I

A análise documental é uma técnica de coleta de dados que permite ao pesquisador fazer uso de quaisquer materiais escritos, como fonte de informação

vinculada ao objeto de estudo e se constitui numa fonte estável de dados (BOGDAN E BIKLEN, 1997).

Possibilita complementar e/ou validar as informações já coletadas como o uso de outras técnicas e serve para identificar dados factuais nos documentos, oportunizando a descoberta de problemas ou de aspectos que devam ser mais explorados.

Inicialmente foram realizadas visitas aos sítios oficiais das instituições pesquisadas, com intuito de obtermos informações sobre os respectivos campi, procurando identificar o tipo de organização operacional (institutos, centros, departamentos, por exemplo) que ofertavam cursos de Licenciatura, verificar a oferta ou não da disciplina de Libras nesses cursos.

Feito isso, procedemos com a consulta junto aos institutos/departamentos identificados sobre o acesso a Projetos Pedagógicos de Cursos, Programas de Ensino, entre outros documentos que poderiam nos servir para consulta sobre a disciplina.

Essa fase do estudo que integrou a apresentação da pesquisa para as instituições, aproximação com as IES e levantamento inicial de dados foi fundamental para identificação e contato com os gestores e professores sujeitos da pesquisa, constituindo-se meio para avançar para as etapas seguintes do estudo.

Na etapa inicial, em consulta aos Projetos Pedagógicos de Curso, identificamos que os documentos que poderiam nos servir para consulta e caracterização da disciplina de Libras seriam as “fichas de caracterização das disciplinas ou planos de ensino das disciplinas”, disponíveis nos sítios das universidades públicas.

No caso do centro universitário particular, o plano de ensino da disciplina de Libras foi obtido através do gestor responsável pelo curso de Licenciatura em pedagogia.

Vale destacar que a universidade pública estadual ainda não implementou a disciplina de Libras, mas está, segundo seus representantes, em processo de implementação, mantendo-se assim, como instituição objeto deste estudo. Esta não apresenta programa/plano de ensino definido.

De posse dos referidos documentos, a partir de sua leitura, podemos notar grande semelhança entre seus conteúdos, com títulos de seções distintos, mas textos idênticos e vice-versa.

Optamos então por organizar seus elementos em uma tabela a partir de seus aspectos em comum.

3.5.2 – Estudo II

Para coleta de dados junto aos gestores e professores implicados no processo de implementação da disciplina de Libras, optou-se pela realização de entrevistas, com a escolha pelo tipo de entrevista semiestruturada, por entender que esta permite certa organização dos questionamentos ao mesmo tempo em que pode ser modificada, na medida em que vai se constituindo.

Gil (2008) aponta que a entrevista semiestruturada é guiada por uma relação de questões de interesse, tal como um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento.

As entrevistas realizadas com gestores e professores foram gravadas em áudio ou vídeo, no caso de participante usuário de Língua de Sinais, para posterior transcrição e análise das mesmas.

As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas em local e horário escolhido pelos entrevistados. Foram elaborados roteiros distintos para gestores e professores, o primeiro abordando questões sobre a participação do gestor na implantação da disciplina e como se deu esse processo, para os professores, o roteiro levantou questões acerca de sua participação no processo de implementação da disciplina de Libras

Nos roteiros⁷, foram apresentadas questões acerca da opinião desses profissionais sobre os efeitos da inserção da disciplina de Libras nos cursos de Licenciaturas.

3.5.3 – Estudo III

Para coleta de dados junto aos egressos das disciplinas de Libras, o instrumento escolhido foi o Grupo Focal na perspectiva de Morgan (1997) e Gatti (2005), que consiste na reunião de pessoas selecionadas para comentar sobre um tema vivenciado pelos participantes, que é objeto de pesquisa, nesse caso, suas impressões sobre a disciplina de Libras a qual cursaram. Esta técnica permite compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos de determinados grupos sociais e ajuda na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão.

⁷ Para garantir a pertinência do roteiro foi realizada entrevista piloto antes da determinação do roteiro definitivo, além do apoio de referencial teórico.

Trata-se de um bom instrumento de coleta de dados para investigações em ciências sociais e humanas, por estar de acordo com os objetivos de estudo e a relevância dos dados que com ela se pode obter para o problema de pesquisa. Tem por objetivo reunir informações sobre um tópico particular a partir de um grupo de participantes selecionados (GATTI, 2005).

Optamos pelo uso da técnica de grupo focal uma vez que pretendemos encontrar evidências sobre as potencialidades da disciplina de Libras nesses sujeitos, futuros professores, através das análises de semelhanças e diferenças presentes em seus discursos sobre o tema.

Em relação a isso, há uma vantagem na utilização do grupo focal em comparação com o uso de entrevistas, por exemplo, uma vez que o grupo focal proporciona um tipo de dado que não é facilmente obtido com o uso de técnicas de observação ou entrevistas.

Para Morgan (1997), esses dados são passíveis de serem observados em grupos focais porque se constituem nas discussões dos tópicos em questão. Segundo o autor,

Group discussions provide direct evidence about similarities and differences in the participants opinion and experiences as opposed to reaching such conclusions from post hoc analyses of separate statements from each interviews (MORGAN, 1997, p. 10)

No grupo focal existe a presença de um facilitador ou moderador que assume o papel de conduzir a discussão referente ao tema, fazer intervenções que facilitem as trocas, como também manter os objetivos de trabalho do grupo, tomando o cuidado de não se posicionar, emitir opiniões, juízo de valores ou dar conclusões. Também tem o papel de criar um ambiente tranquilo e confortável para que os participantes se sintam a vontade para pensarem, expressarem e refletirem porque pensam o que pensam (MORGAN, 1997).

Os contatos com sujeitos para participação no grupo focal se deram através das páginas⁸ de turmas de cursos de Licenciaturas nas redes sociais na internet. Foram encontradas nas redes sociais as páginas de diferentes turmas de todos os cursos

⁸ É comum nas comunidades acadêmicas o uso de páginas em redes sociais na internet para organização enquanto grupos representativos de diversos segmentos, como programas de pós-graduação, centros acadêmicos estudantis e turmas de cursos de graduação, por exemplo. As turmas de cursos de graduação costumam se identificar com o nome de curso, ano de ingresso ou número da turma e nome da IES a qual são vinculados, por exemplo: “Licenciatura em Artes USP 1999”. Esses espaços são utilizados mais comumente para discussões sobre temas internos das turmas, trocas de informações e divulgação de eventos, possuindo quase sempre um moderador, ou representante de turma com contato público.

pesquisados, eleitas para o envio do convite para participação da pesquisa para turmas de ingresso a partir do ano de 2006 até 2013, totalizando 17 páginas encontradas, com total de 513 perfis de alunos associados.

Inicialmente foi apresentada a pesquisa para os representantes das páginas das turmas, através de suas caixas de mensagens pessoais, associadas às páginas das respectivas turmas. Foi usada a página de perfil do próprio pesquisador para a apresentação da pesquisa e solicitação de divulgação da pesquisa nas respectivas páginas.

Houve aceitação por parte dos representantes de todas as páginas de turmas consultadas para a divulgação da pesquisa, autorizando acesso do pesquisador ao mural de discussões da página.

Em texto de aproximadamente 300 palavras publicado nos murais, foi realizada explanação em linhas gerais sobre a pesquisa, público alvo (aqueles que já haviam cursado a disciplina), procedimentos éticos e deixadas instruções para contato com o pesquisador para aqueles que se voluntariassem a participar da pesquisa.

Foram recebidas 33 respostas em prazo de 20 dias a partir da data da divulgação. Dessas, 08 eram respostas de alunos lamentando não ter ainda cursado a disciplina de Libras e três de alunos que não haviam cursado a disciplina, mas que gostariam de participar da pesquisa.

Um total de 22 alunos respondeu positivamente ao convite e se enquadravam nos critérios de participação, sendo 03 alunos do centro universitário particular e 19 da universidade pública federal.

Firmado contato com os sujeitos para o grupo focal da pesquisa, foi solicitado dos mesmos que comunicassem datas e horários disponíveis para realização do encontro.

Com as informações em mãos, foram analisados os dias e horários que atendessem à maioria dos participantes. Foi enviada tabela com datas e horários para consulta dos mesmos.

Com as respostas, chegamos à data 27 de junho de 2014, às 20h00. Houve confirmação de 09 participantes, sendo 02 do centro universitário particular e 07 da universidade pública federal.

O grupo teve duração de aproximadamente 02 horas e foi realizado com 06 participantes, com abstenção de 02 alunos do centro universitário particular e 01 da universidade pública federal.

O moderador que conduziu o grupo foi o próprio pesquisador. Foi elaborado previamente um roteiro para a condução da discussão com o grupo, como forma de orientar e estimular a discussão, porém ocorreram ajustes ao longo do encontro, com abordagem de tópicos não previstos ou deixando de lado algum tópico não relevante para o grupo.

3.6. Tratando os dados das entrevistas e grupo focal para análise

As áudio-gravações obtidas com as entrevistas e grupo focal foram transcritas, constituindo *corpus* de análise para os *Estudos II e III*. Concebendo as entrevistas e grupo focal como práticas discursivas, ou seja, ações situadas e contextualizadas, por meio da qual se produzem sentidos e se constroem versões da realidade (PINHEIRO, 2000), optamos por transcrever as falas na íntegra, mantendo a ordem dos diálogos e as marcas da informalidade da fala, como regionalismos, dialetos e gírias, pois carregam as marcas da produção dos sentidos.

Para organização dos dados, lançamos mão de técnicas de visibilidade que se aproximam dos conceitos de ‘Mapas de associação de ideias’ de Spink (2000).

Os mapas de associação de ideias, com o duplo objetivo de dar subsídios para as análises e visibilidade para os resultados, não são técnicas fechadas, variam de acordo com os objetivos e dados de cada trabalho.

A construção dos mapas inicia-se pela definição de categorias gerais, de natureza temática, de acordo com os objetivos da pesquisa e busca-se organizar os conteúdos a partir dessas categorias, a exemplo da análise de conteúdo, mas sem descontextualizar os mesmos, preservando a sequência das falas e diálogos intactos (SPINK, 2000).

Em nosso caso, a natureza temática teve como referência os objetivos específicos da pesquisa e a construção do mapa de associação de ideias a partir de contraste de cores.

Mantendo os diálogos intactos, transcritos em arquivos digitais através de programa editor de texto *Word for Windows* e impressos, procedemos a releitura de cada arquivo, grifando os trechos de cada conversa, de acordo com esquema de cores pré-estabelecido para cada tema tratado, repetindo as cores quando necessário e acrescentando novas conforme surgiam temas diferentes.

Comparando os arquivos, pudemos visualizar os aspectos comuns em cada diálogo e, por contraste de cor, também os temas distintos que surgiram em cada conversa.

Dessa forma, pudemos ‘agrupar’ os diferentes temas tratados e analisar o que cada participante relatava sobre os mesmos, associando ideias congruentes e opostas.

Para visualização dos resultados a seguir, optamos por apresentar trechos das falas mais significativas dos gestores e professores de acordo com os objetivos da pesquisa, assim como trechos de diálogos dos participantes do grupo focal.

As diferentes categorias temáticas analisadas compõem o item 5 desta dissertação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos neste capítulo os resultados e discussões propostas no presente estudo. O *corpus* para análise foi constituído pelos: 1) documentos de caracterização das disciplinas de Libras dos cursos pesquisados e pelas transcrições das 2) entrevistas e do 3) grupo focal realizado.

Procedemos a organização do capítulo de forma a apresentar inicialmente uma visão geral da situação de oferta da disciplina de Libras nas IES pesquisadas, visando aproximação com cada contexto onde estão inseridas, considerando as diferenças nas formas de estrutura e organização operacional de cada IES.

Em seguida apresentamos a caracterização das disciplinas conforme expressas em seus ‘documentos de caracterização’⁹, discutiremos o processo de implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura conforme a percepção de gestores e professores implicados no processo, os depoimentos dos participantes da pesquisa acerca dos efeitos do Decreto na inclusão de alunos surdos na educação básica e por fim, discutiremos sobre a opinião dos alunos sobre a disciplina que cursaram.

4.1 A oferta da disciplina de Libras nas instituições pesquisadas

A universidade estadual pesquisada não oferta a disciplina de Libras para seus dois cursos de Licenciatura. Durante a realização deste estudo foi informado por seus representantes que a implementação da disciplina encontra-se em processo.

As universidades públicas estaduais de São Paulo não respondem diretamente ao MEC ou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), mas ao Conselho Estadual de Educação. Dessa forma, tomaram iniciativas jurídicas visando adiamento da implementação da disciplina de Libras, no entanto, as últimas ações do Conselho Estadual de Educação impõem a implementação da disciplina também nessas universidades. Assim expresso nas palavras da coordenadora de cursos de Licenciaturas da instituição:

“o curso daqui de Licenciatura A, ele teve que fazer, é, teve que se preocupar com a mudança da grade curricular, porque nós temos até agora, o mês de outubro, pra acertar a grade de acordo com a

⁹ Ao consultarmos os documentos fornecidos pelas IES, concluímos que as informações que buscávamos estavam presentes em diferentes documentos, tais como planos de ensino e fichas de caracterização de disciplinas, resultando em ressignificação da escolha dos documentos, que denominamos ‘documentos de caracterização’.

deliberação, que prevê os 30% de, de disciplinas pedagógicas, que prevê o, a Libras e que prevê os estudos de língua portuguesa [...]. Então, é, nós começamos a, a nos movimentar e a ver isso mais detidamente, desde o final do ano passado pro curso de Licenciatura. O curso de Licenciatura B, ele teve o reconhecimento dele porque ele foi avaliado anteriormente ao que o de Licenciatura em matemática. Então, é, na verdade os cursos de Licenciatura que foram recomendados, eles não estão com essa preocupação ainda porque, o que acontece, as Estaduais ainda estão discutindo com o conselho estadual de educação o que eles vão ter que realmente fazer e, e... tão tentando achar brechas pra contornar algumas coisas[...] o que eu percebo é assim: elas, elas confundiram autonomia com soberania, e aí deixaram pra ver, eles acharam que iam conseguir convencer o conselho estadual de educação de que não precisaria fazer essas mudanças nos cursos. Só que agora o conselho estadual de educação, eles fizeram inclusive, uma consulta pro conselho nacional de educação e o conselho nacional de educação falou que o conselho estadual de educação pode sim exigir que elas, é..., se adequem à deliberação (ZÚÑIGA, gestora da universidade pública estadual)”.

A disciplina de Libras no centro universitário da rede privada pesquisado é identificada como ‘Língua Brasileira de Sinais – Libras’, foi implementada, segundo a gestora responsável, no ano de 2007 e na ocasião abrangia os 06 cursos de Licenciaturas então existentes nessa IES. Atualmente é ofertada no segundo período do horário noturno para o curso de Licenciatura em Pedagogia¹⁰ e é realizada em esquema de dupla docência.

No esquema de dupla docência há a presença de um professor ouvinte e um surdo, o primeiro é responsável por introduzir aos alunos os elementos teóricos da disciplina e o professor surdo responsável pelos aspectos práticos da língua, além disso, o professor ouvinte medeia a interação dos sujeitos até que os alunos adquiram autonomia para se comunicarem com o professor surdo (NASCIMENTO; BEZERRA, 2012).

No campus da universidade pública federal pesquisada, a disciplina de Libras, desde seu início, é ofertada por um único departamento e alunos de 10 cursos de Licenciaturas de diferentes áreas matriculam-se na mesma, em diferentes turmas.

A disciplina foi implementada em 2009, identificada como ‘Introdução à Língua Brasileira de Sinais – Libras I’ e foram ofertadas diversas turmas da disciplina, nos períodos integral e noturno, atendendo 25 alunos por turma.

¹⁰ Os demais cursos da de Licenciatura da IES privada investigada foram extintos ao longo dos últimos anos.

Atualmente, conta com três professoras, uma professora ouvinte fluente em Libras e duas professoras surdas também fluentes em Libras, as três dividem a responsabilidade das turmas ofertadas, que variam de 10 a 13 turmas por semestre. As professoras surdas contam com um tradutor/intérprete de Libras quando necessário, mas no geral, ministram suas aulas autonomamente.

4.2 A disciplina de Libras registrada

As disciplinas de Libras criadas, mas nem sempre implementadas nos cursos de Licenciatura passam a existir a partir de seu registro oficial nos documentos institucionais.

Conforme constatamos na literatura e durante a realização deste estudo, a documentação da disciplina não apenas serve de marco de sua implementação, como às vezes a encerra em si, literalmente, como apresenta Pereira (2008) sobre os casos de IES particulares que contemplavam a disciplina de Libras nas matrizes curriculares dos cursos, mas não a haviam implementado de fato.

Alguns estudos sobre a implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciaturas utilizam como fontes de dados documentos institucionais como ementas de cursos e disciplinas, planos de ensino e programas de curso (PEREIRA, 2008; PERSE, 2009; KUHN, 2011; ALMEIDA, 2012). Em sua dissertação de mestrado, Perse (2011) elege ementas dos cursos de Licenciaturas como tema central na sua discussão sobre a implementação das disciplinas de Libras e Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2 para alunos surdos.

Para este estudo, nos propusemos, em um de nossos objetivos específicos, a caracterizar o oferecimento da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura a partir de seus respectivos documentos de caracterização.

No entanto, vale destacar que consideramos não ser possível ter uma descrição completa e detalhada de uma disciplina e seu funcionamento com base apenas em documentos, mas que estes são parte fundamental do processo de implementação e podem nos dar pistas sobre os temas abordados na mesma, além das informações de ordem técnica, como objetivos, ementas e etc.

Em seu estudo sobre ementas, Perse (2011) em busca do referencial teórico que endossasse a definição de ementas e sua finalidade revela que, diante da carência de

estudos a esse respeito o gênero ementa é dado como naturalizado, como óbvio e que não há muitos questionamentos sobre este documento (PERSE, 2011).

Ao desenvolver seu estudo, a autora constata que uma ementa tem por finalidade:

apresentar uma síntese do conteúdo e aplicações práticas de uma disciplina ou curso. Trata-se de um documento com estrutura e sistema curricular e não carrega marcas de pessoas, uma vez que representa uma voz institucional, aproximando-se de textos jurídicos (PERSE, 2011, p. 123).

Estes documentos, ao mesmo tempo em que atestam o compromisso do professor em relação ao conteúdo e aplicações práticas, lhe confere liberdade na escolha dos temas e elementos trabalhados para atender aos conteúdos propostos.

Para caracterização das disciplinas de Libras consideramos os elementos comuns aos documentos das duas IES investigadas que ofertam a disciplina. Para melhor visualização dos dados obtidos, organizamos os mesmos na tabela a seguir:

CARACTERIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS DE LIBRAS A PARTIR DOS DOCUMENTOS DE CARATERIZAÇÃO		
ASPECTOS DOS PLANOS DE ENSINO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
	Centro universitário -rede privada	Universidade pública - federal
Nome da disciplina	Língua Brasileira de Sinais – Libras	Introdução à Língua Brasileira de Sinais – Libras I
Carga horária	44h	30h
Ementa	Surdez, linguagem e sociedade. Libras: aspectos Social e Legal da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos Linguísticos: parâmetros, pronomes, espaço de enunciação, expressões não manuais, classificadores, verbos em Libras.	Surdez e linguagem; papel social da língua brasileira de sinais (Libras); libras no contexto da educação inclusiva bilíngue; parâmetros formativos dos sinais, uso do espaço, relações pronominais, verbos direcionais e de negação, classificadores e expressões faciais em Libras; ensino prático da Libras.
Objetivos	Possibilitar uma melhor comunicação entre surdos e ouvintes em todos os âmbitos da sociedade, especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social; desenvolver um conhecimento básico da Libras; Proporcionar formação sobre a realidade dos surdos na atualidade, propondo uma reflexão sobre sua cultura, identidade e o impacto destas nas praticas educacionais.	Propiciar a aproximação dos falantes do português de uma língua viso-gestual usada pelas comunidades surdas (Libras) e uma melhor comunicação entre surdos e ouvintes em todos os âmbitos da sociedade, e especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas.
Metodologia/estratégia de ensino	Aulas expositivas para os conteúdos teóricos; aulas práticas por meio de situações dialógicas	Aulas expositivas sobre aspectos da surdez e LIBRAS; aulas práticas de uso de LIBRAS entre os

	para uso da Libras entre alunos e entre alunos e professor/instrutor surdo.	estudantes; dinâmicas e diálogos para o uso da LIBRAS entre alunos, e entre professor e alunos; exposição de vídeos e discussões teóricas acerca da LIBRAS.
Critérios/procedimentos de avaliação	Avaliação teórica individual; avaliação prática individual (filmado); avaliação prática em grupo (filmado).	Avaliação prática do uso da Libras: elaboração de um vídeo com narrativa em Libras. Avaliação teórica escrita de conhecimentos sobre surdez e Libras. Seminário: Elaboração e apresentação de aula em Libras, com tema da área de conhecimento do aluno.

Tabela 6: Caracterização das disciplinas de Libras

Embora não se trate de avaliação do programa da disciplina, como realizou Almeida (2012), podemos notar que o nome da disciplina ofertada pela universidade pública federal, ao apresentar-se como ‘Introdução à Libras I’, sugere especificação de seu aspecto introdutório e ao mesmo tempo possível continuidade, explicitando os objetivos da disciplina, o que vai de encontro com as considerações de Almeida (2009) ao sugerir que medidas sejam tomadas com vistas à expectativa dos alunos em relação ao domínio da língua e a insatisfação dos mesmos em relação à disciplina apontados em seu estudo.

Além disso, a universidade pública federal tem indicação de oferta da disciplina de “Introdução à Libras II”, já criada, mas não ofertada.

A carga horária das disciplinas é de determinação de cada IES em seus respectivos contextos de funcionamento. Esta determinação é definida em negociação entre as organizações dos cursos em diversos aspectos, como curriculares, de calendário, entre outros.

Em suas ementas, ambos os documentos prescrevem aspectos sociais e linguísticos, teóricos e práticos, enquanto que em seus objetivos propõem desenvolver conhecimentos básicos de Libras, promover melhor comunicação entre ouvintes e surdos, favorecendo ações de inclusão, sobretudo em espaços educacionais.

Sobre os aspectos de avaliação de aprendizado dos alunos, também ambos os documentos sugerem avaliações teóricas e práticas sobre o conteúdo abordado. Como instrumentos para avaliação lançam mão de vídeo gravações das produções em Libras dos alunos, em contextos individuais e de diálogo.

No caso da universidade pública federal, vale destacar que consta como avaliação uma apresentação em Libras de aula na área de estudo de cada aluno.

Ambas as disciplinas apresentam características que denotam entendimento da necessidade da experimentação da Libras por parte do aluno, adotando aulas práticas, dinâmicas e situações de diálogo.

Pelas características descritas, podemos inferir que ambos os documentos apresentam aspectos da disciplina que sugerem compromisso com questões culturais e linguísticas condizentes com as proposituras do Decreto e premissas da educação bilíngue para surdos que se referem à formação de professores para educação básica cientes das condições singulares dos alunos surdos (BRASIL, 2005).

Devemos considerar que os documentos de caracterização constituem parte do processo de implementação de disciplinas em geral, mas não encerram em si todos os elementos sobre as mesmas. Vale ressaltar que esses documentos, apesar de representarem documentos institucionais, foram produzidos por seus representantes responsáveis pela implementação das disciplinas.

Posto isto, devemos aqui ponderar sobre as constatações obtidas em análise dos planos de ensino em comparação entre si, considerando dados obtidos através das entrevistas com professores e gestores das disciplinas, que corroboram para análises a partir de perspectiva contextualizada.

No caso da IES particular pesquisada, na ocasião da contratação do professor de Libras, já existia o documento de caracterização da disciplina, que fora produzido pela gestora responsável pela implementação da disciplina, este documento é tratado pela IES como plano de ensino e a professora contratada, comenta sobre sua participação a elaboração deste documento:

Não, esse plano de ensino já estava pronto, tá? Eu me lembro que pudemos fazer breves inserções, mas na ementa, se não me engano, a gente não fez alteração. [...] eu lembro que já estava pronto o plano, eu consegui mudar referências, não mudar a gente conseguiu fazer algumas inserções nas referências, conseguimos até comprar material depois, mas estava pronto (Peralta, professora Libras IES-privada).

Nesse caso, o documento em questão fora produzido por um sujeito que se apresentou sem experiências na área da surdez, no entanto, seu 'plano de ensino' apresenta texto muito semelhante ao documento de caracterização da disciplina apresentado pela IES federal pesquisada e a influência de produção entre ambos não seria absurda, ao contrário, provável, considerando inclusive a condição de estarem situadas na mesma cidade.

Apesar das semelhanças entre si, reiteramos que os documentos não encerram todos os aspectos e características das disciplinas e, se por um lado devem servir de eixo norteador para o planejamento de desenvolvimento das aulas pelos professores, por outro, não podem garantir que este desenvolvimento se efetive a partir das concepções teóricas expressas em seus textos.

4.3 O processo histórico de implementação das disciplinas de Libras

Podemos afirmar que, guardadas as diferenças entre as instituições, o processo de implementação seguiu histórico semelhante nas IES pesquisadas, sobretudo em relação às questões de ordem técnica e burocrática, como contratação de profissionais e cadastros das disciplinas.

Ao analisarmos os depoimentos dos sujeitos entrevistados para o presente estudo, identificamos aspectos recorrentes, apesar dos contextos distintos. Em cada IES pesquisada foi constatado o envolvimento de pelo menos um gestor educacional no início do processo, responsável pela parte operacional do processo de implementação da disciplina, como levantamento de demandas, contratação de profissionais (professores, instrutores surdos, tradutor/intérprete) e registro da disciplina por exemplo.

Após a contratação de profissionais há relativa participação destes em questões de ordem acadêmica, como planejamento e documentação da disciplina e, finalmente, atuação em sala de aula.

Seguimos com as análises dos depoimentos de gestores e professores implicados nos processos de implementação da disciplina de Libras.

4.3.1 O que dizem gestores e professores sobre o processo de implementação da disciplina de Libras

Apesar de o Decreto 5.626/2005 ter sido promulgado em 22 de dezembro de 2005 e entrar em vigor a partir daquela data, a adesão dos cursos não foi imediata nas IES pesquisadas.

A primeira das IES pesquisadas a implementar a disciplina de Libras foi o centro universitário da rede privada. A responsável pela implementação da disciplina de Libras

foi Sneijder, diretora de graduação da instituição que assumiu iniciativa, segundo ela, de realizar todas as mudanças nas matrizes curriculares e contratar o primeiro profissional.

Segundo Sneijder, as discussões se iniciaram em 2006, culminando com a implementação da disciplina em 2007, impulsionada pelas exigências de credenciamento da instituição junto ao MEC. Ao ser questionada sobre o ponto de partida para a implementação da disciplina de Libras, Sneijder responde:

“Pela instituição ser uma instituição superior, ligada ao MEC, passa regularmente por avaliações e nessas avaliações um dos requisitos legais, ou seja, se a instituição não estiver de acordo com este requisito legal ela simplesmente pode perder até o seu... não ser ‘recredenciada’ ou credenciada ou autorizada, então, em virtude da lei, né, a gente teve que tomar a iniciativa de procurar profissionais para atuarem nessa área (SNEIJDER, gestora centro universitário particular)”.

Apesar da assertiva de Sneijder quanto à época da implementação, o depoimento da professora de Libras contratada indica discordância das datas, se considerarmos que esta foi contratada no ano de 2009, ou seja, dois anos depois do que Sneijder afirma ter sido a implementação.

Diante disso, inferimos que a implementação realizada até então diz respeito à fase burocrática de registro e elaboração da disciplina, enquanto que sua efetivação ocorreu apenas no ano de 2009:

“[...]eles me contrataram em 2009, fiquei 2009, 2010, final de 2011 ou começo de 2012 eu precisei deixar, primeiro semestre de 2012 eu precisei deixar, então outras pessoas entraram no meu lugar” (Peralta, profa. IES particular).

Na universidade pública federal, em 2006 iniciaram-se as discussões sobre a implementação da disciplina de Libras, no sentido de decisão por departamento responsável e desdobramentos. No entanto, a discussão pareceu dispersar-se até que no final de 2008 uma turma de alunos de Licenciatura (curso novo) precisava se formar, mas não tinha cursado a disciplina de Libras, então, durante um processo de visita do MEC para credenciamento do curso, o mesmo exigiu a implementação em caráter de urgência para essa turma. Nas palavras do gestor envolvido esta situação se deu da seguinte forma:

“[...]um curso precisava ter sua turma formada e ela não tinha Libras, então uma inspeção do MEC exigiu que nós implementássemos a disciplina de maneira urgencial praticamente para atender essa turma e evidente fazer o plano para que todas... os demais cursos da universidade sendo que o curso de... os cursos de

Licenciatura a disciplina de Libras passaria a ser obrigatório e para os demais cursos ela seria uma optativa (FELAINNI, gestor universidade pública federal)”.

Sobre a universidade pública estadual pesquisada, pode-se dizer que seu processo de implementação da disciplina de Libras encontra-se em fase inicial, embora estejamos a pouco menos de um ano para o prazo final estabelecido pelo Decreto 5.626/2005 para que 100% dos cursos de Licenciaturas das IES tenham implementado a disciplina de Libras (BRASIL, 2005).

A exemplo do que aconteceu com suas conterrâneas a IES estadual passa a sofrer pressões legais para implementação da disciplina.

Sobre esta fase do processo de implementação da disciplina de Libras, Zúñiga, mostra seu ponto de vista:

“Então assim, a preocupação agora tá mais em acertar essa parte burocrática, porque se a gente não conseguir que o curso seja reconhecido agora no final do ano, o curso vai ficar sem reconhecimento, porque o conselho nacional de educação já avisou que era só por este um ano que ia ficar aguardando... (ZÚÑIGA, gestora da universidade pública estadual)”.

Podemos notar que apesar do Decreto nº 5.626/2005 determinar obrigatoriedade da implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura, as IES apresentam resistências ou morosidade no processo dando cabo deste apenas sob força de fiscalização, sindicância ou avaliações.

Esses dados corroboram com os apontamentos sobre resistência à efetivação das políticas propostas pelo Decreto nº 5.626/2005 presentes na literatura considerada para este estudo (MORAES, 2011; KUHN, 2011; SOARES, 2013) podendo ser percebidos no discurso de Zúñiga, ao ser questionada sobre sua opinião sobre como tem se dado o processo de implementação da disciplina de Libras:

“assim, vejo bastante resistência. Porque, o que explica, se há 10 anos pra uma coisa... pra se tornar realidade, e ainda se não tivesse dado esse xeque-mate, ‘olha ou você se adequa ou vocês não vão ter o curso reconhecido’ eu acredito que elas continuariam empurrando a situação pra frente (ZÚÑIGA, gestora da universidade pública estadual)”.

Torna-se claro que o ponto de partida para as ações iniciais do processo de implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura nas IES pesquisadas se constituiu nas exigências de avaliação e credenciamento desses cursos, tanto no âmbito público e privado, como nas esferas federal, estadual e municipal.

Esta situação também é encontrada nos estudos de Kunh (2011), Moraes (2011) e Soares (2013), que apresentam a implementação da disciplina de Libras como medida tomada por força de lei, não apenas para atender o Decreto 5.626/2005, mas também como a única medida adotada pelas IES para este fim, deixando de implementar outras disciplinas ou medidas não apenas do Decreto em questão, mas como medida de política de inclusão sob a perspectiva da educação especial (KUNH, 2011; MORAES, 2011; SOARES, 2013).

Sobre este aspecto podemos destacar o papel fundamental da legislação. Mas não apenas isso, acreditamos que sem a Lei Libras e o Decreto nº 5.626/2005, dificilmente as instituições pesquisadas implementariam as disciplinas de Libras no currículo de seus cursos.

Outro aspecto importante no processo de implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciaturas, é o que diz respeito às contratações de profissional. Nas IES pesquisadas que já implementaram a disciplina constatamos que as demandas não são apenas por professores, mas também por tradutores e intérpretes de Libras, na medida em que os professores contratados sejam surdos.

No centro universitário particular a contratação se dá de forma comum ao mercado, enquanto na universidade pública através de contratação de professor temporário ou concurso público.

Os aspectos acerca do nível de formação dos professores contratados são recorrentes nos depoimentos dos gestores entrevistados:

“há uma exigência, dos cursos superiores hoje mais do que nunca, que se contrate profissionais que tenham no mínimo mestrado e doutorado, especialista quanto menos, melhor, porque a pontuação da instituição em termos daquele aspecto da avaliação ela tende a cair muito dependendo da titulação que o profissional é contratado... então claro, primeiro passo a gente vai no mestrado.

Não se achava na época ninguém capacitado, qualificado pra poder trabalhar com essa disciplina e quando a gente abriu a gente tinha todas essas Licenciaturas, ou seja, a gente tinha uma carga horária até... que dava pra pessoa ter um ganho razoável naquele período você não achava, mestrado? Onde eu comecei a procurar? Porque não tinha currículo também aqui, com o pessoal do rh... (SNEIJDER, gestora centro universitário particular)”.

“Então no caso do professor de Libras e tanto do intérprete, pra responder a sua questão, são duas dificuldades: uma é que ainda não havia... são recentes... o caso de profissionais com título de doutor proficientes em Libras a ponto de poder não só fazer pesquisa na área como ensiná-las, ensinar a língua (FELAINNI, gestor universidade pública federal)”.

Ambas as IES apresentaram dificuldades nessa etapa do processo, principalmente pela já conhecida falta de profissionais com formação nesta área. Vale destacar que os espaços e níveis de formação para professores de Libras para o ensino superior foram afirmados pelo mesmo Decreto que determinou a implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciaturas. Ou seja, o Decreto nº 5.626/2005 ao mesmo tempo criou as vagas de emprego e legislou sobre a formação de profissionais para estas vagas.

Através do Decreto nº 5.626/2005 também foram estipuladas as alternativas de formação de profissionais envolvidos com a educação de surdos em função da falta de profissionais com os níveis desejados e/ou recomendados de formação pelas IES, entre elas o Instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação em nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo MEC (BRASIL, 2005).

Alguns estudos discutem as proposituras do Decreto em relação à formação desses profissionais e em concordância com seus autores, entendemos que em médio e longo prazo há uma tendência ao surgimento de profissionais em níveis de mestrado e doutorado para atuarem no ensino de Libras no ensino superior.

Em contrapartida, a falta de profissionais com esses níveis de formação nos dias de hoje tem possibilitado a entrada de instrutores surdos de Libras para atuarem nesses cursos, o que tem contribuído para quebra de barreiras sobre a educação de surdos nos ambientes acadêmicos em que são inseridos (PERSE, 2011; MORAES, 2011; SOARES, 2013).

No caso da universidade pública estadual, apesar de ainda não ter implementado a disciplina, as discussões sobre contratação de professores parecem ter papel central no processo de implementação da disciplina de Libras. Como podemos notar no discurso de sua representante, quando solicitada a falar sobre a situação da disciplina de Libras em sua instituição:

“Bom, é, na minha concepção, a ESTADUAL tinha que já ter contratado esse professor de Libras para cada um dos seus campi porque isso daí já era uma coisa que vinha já se discutindo, falando da necessidade de ter esse professor nos cursos de Licenciatura há um bom tempo. Como a gente não conseguiu isso, o que a ESTADUAL fez, ela contratou um professor para a... o campus da capital e contratou um professor para os campi do interior, só o campus de uma cidade conseguiu, ele completou a carga dele toda, e

os outros ficaram sem ter (ZÚÑIGA, gestora da universidade pública estadual)”.

No trecho apresentado, ao tratar sobre a implementação da disciplina de Libras, a entrevistada parece reduzir esse processo à contratação de professor e, ao mesmo tempo, justificar a não implementação da disciplina pelo mesmo motivo.

Em outro trecho da entrevista sua percepção sobre o processo de implementação da disciplina, os aspectos de contratação de professores para ministrar a mesma aparecem como um complicador para a instituição:

“porque não dá pra contratar um professor, veja bem, tem dois cursos aqui de Licenciatura, e aí esse professor vai ficar com quantas horas/aulas.. você tem que contratar um professor 40h/aula, ou você vai ter que contratar um temporário, quem é que vai vir pra esse fim? se a ESTADUAL na capital, por exemplo contrata lá, ele vai vir de lá até aqui pra dar essas poucas aulas? E o temporário de 8h/aula, acho que não dá nem mil reais... então quem que vai fazer isso? Então acho que tem que ser um efetivo mesmo porque a ESTADUAL exige que a pessoa tenha a pesquisa e etc e tal. Mas aí, a carga horaria desse professor ia ser muito pequena, porque essa disciplina tem 4creditos/aula, certo? Então suponhamos que em um certo semestre ele dê 4creditos/aula pro nosso curso, no outro semestre ele dá 4 nos outros, só que todo mundo aqui tem 8 e 10, então como que vai ficar a situação desse professor, ele vai preencher com o que essas outras horas? então isso foi sendo um fator impeditivo (ZÚÑIGA, gestora da universidade pública estadual)”.

Este cenário corrobora com as questões já apresentadas nesse estudo sobre as resistências para efetivação das proposituras do Decreto (MORAES, 2011; KUHN, 2011; SOARES, 2013). Além disso, nos parece que reduzindo o processo de implementação da disciplina de Libras às questões de contratação de professores, corre-se o risco de delegar toda a responsabilidade de transformação e resolução dos problemas da Libras nas Licenciaturas para as mãos desse profissional, literalmente.

As implicações e os desdobramentos no processo de implementação da disciplina de Libras, no que concerne aos impactos no funcionamento dos cursos de Licenciatura passa pela contratação de profissionais, mas alcança outras questões técnicas administrativas, como as descritas no discurso de Fellainni:

“É evidente que quando vem do MEC sem os recursos humanos ou materiais necessários, a gente sente um desafio, que sobrecarrega o quadro atual tanto de professores como de funcionários, né, porque você tem que arrumar salas de aula, tem que arrumar mais uma disciplina para por no sistema, mais uma turma pra acompanhar a entrada de notas, emissão de carteirinha, biblioteca, todo esse processo (FELAINNI, gestor universidade pública federal)”.

Apesar de destacar a dificuldade para obter vagas para contratação no âmbito da universidade pública federal, Fellaini revela que em negociação com os diferentes segmentos responsáveis da instituição foram obtidas as vagas, sendo possível a contratação de profissionais em caráter temporário e posteriormente professores efetivos através de concurso público, dando continuidade ao processo de implementação e ampliação da disciplina de Libras.

Assim como no estudo de Perse (2011), entendemos que diferentes entendimentos ou concepções sobre o Decreto e os temas a ele relacionados, induzem a diferentes encaminhamentos sobre a implementação da disciplina e formação de professores. Em alguns casos, como na universidade pública estadual, que apresenta um contexto de resistência para implementação da disciplina, a contratação de professores torna-se um complicador e limitante de ações, além de justificativa para a não implementação da disciplina.

Por outro lado, para as outras IES pesquisadas a contratação de profissionais se deu como parte do processo, sendo que no caso da universidade pública federal, as vagas foram ampliadas gradativamente, sobretudo para professores.

Como podemos perceber, quando os professores ‘chegaram’ nas instituições, o processo de implementação das disciplinas de Libras já se encontrava em andamento. No entanto, foi a partir de sua chegada que a implementação passou a consolidar-se.

Dessa forma, foi a partir de suas ações e das condições de trabalho que o processo de implementação das disciplinas concretizou-se e que as mesmas passaram a ter corpo, para além do previsto nos documentos de caracterização das disciplinas.

Nota-se então maior diferenciação entre o mesmo processo nas distintas IES, representadas, sobretudo pelas concepções que cada professor apresenta sobre os propósitos das disciplinas e como argumentam sobre os mesmos, pois, como apontam Nogueira (2011) e Santos e Campos (2013), não há orientações para formulação das disciplinas de Libras sobre aspectos como seus objetivos e necessidades formativas dos alunos, por exemplo.

Durante a realização de cada entrevista, solicitamos que as professoras comentassem como foi sua chegada às IES e sua participação na implementação das disciplinas. Destacamos a seguir, trechos das entrevistas que tratam da autonomia que os entrevistados tinham para executar seu trabalho:

“Durante a disciplina fui fazendo algumas alterações, eu até conversava com minha coordenadora porque era preciso ampliar, a

disciplina tinha o aspecto mais restrito, como eu já tinha uma bagagem sobre esse aspecto social... a gente sempre vai complementado, ampliando, temos ali o plano de ensino como eixo norteador, mas devido a algumas dúvidas dos alunos, ou por uma inferência deles, a gente acaba tendo que articular outras questões também” (Peralta, profa. IES particular).

“Quando entrei, havia uma professora responsável, havia eu e mais dois professores e começamos a fazer um trabalho em equipe com a professora responsável [...] aqui no começo, era tudo muito conversado, nós víamos se todos concordavam ou não, se discordavam, o que precisava realmente eram as 3 avaliações, a prova teórica, a prova prática e o seminário, todos precisavam seguir à risca, então organizávamos como seriam feitas essas provas, mas em relação à aula pratica, cada um tinha sua metodologia, era livre, não tinha que seguir o mesmo tema todo mundo, nós tínhamos autonomia quanto a isso, nós tínhamos que seguir o regulamento das avaliações, sugestão de livros e tudo mais a gente conversava muito, mas nunca me senti limitada, eles eram flexíveis e nossa equipe era muito boa” (Miroslav, profa. IES federal).

Podemos perceber nos trechos destacados que a autonomia que os professores têm interfere na maneira como conduzem suas atividades, no primeiro caso, a professora parece reconhecer a necessidade de ampliação de sua disciplina, mas ao mesmo tempo seu trabalho parece ‘isolado’ e esta realiza suas alterações no plano de ensino de acordo com demandas pontuais.

O depoimento de *Miroslav* denota maior autonomia nas ações, diálogo entre os pares, trabalhos em equipe e liberdade de escolha metodológica, o que potencialmente amplia suas possibilidades de ações em aula.

Sobre como os professores concebem as disciplinas, foi solicitado que discorressem nas entrevistas sobre quais seriam os objetivos, os propósitos, enfim, o papel da disciplina de Libras nesses cursos:

“Então, o objetivo como você perguntou, talvez seja a gente viabilizar uma introdução aos aspectos teóricos e ao mundo da surdez de modo geral, tanto no que diz respeito a essa linha mais linguística, mais teórica, como a política também, porque tá tudo aí imbricado. [...] A nossa disciplina não partia do pressuposto que se não conseguiu fazer não vai passar, mesmo porque não tem como numa disciplina de 30, 40 horas o aluno ter competência linguística, mas como a gente articulava questões outras da surdez, a gente pensa que é muito mais amplo, porque a gente quer que ele tenha contato com a língua de sinais, mas além disso que eles tenham uma introdução, uma primeira impressão caso eles não tenham que é o caso da maioria” (Peralta, profa. IES particular)

“o papel da disciplina é esclarecer o mundo dos surdos, é bom para que eles sintam na pele como funciona, como ele (surdo) se comunica,

a falta de comunicação, então tem o papel de estimular esse aluno para o aprendizado da língua e também uma comunicação básica, o que é a libras, porque a maioria não conhece, muitos pensam que a libras é uma mimica ou que são gestos, então é importante reforçar que é uma língua, que ela é regulamentada por lei, que tem gramática própria, tem expressões, então é importante que eles conheçam e percebam a cultura surda, as diferenças entre a cultura surda e a ouvinte, e explicar estratégias de metodologia e como eles podem lidar com aluno surdo, para que esse aluno aprenda e para que o professor também aprenda a organizar a sua aula de uma maneira visual”(Miroslav, profa. IES federal).

Como já expusemos neste estudo, não há diretrizes e orientações oficiais para a formulação da disciplina de Libras, por outro lado, o Decreto nº 5.626/2005 indica que tipo de professores espera-se para atender aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, professores cientes das condições linguísticas dos alunos surdos (BRASIL, 2005).

Diante disso, a falta de diretrizes se torna preocupante na medida em que alguns modos de compreensão do que seria essa ‘consciência da condição linguística’ aliada ao problema das baixas cargas horárias, possam levar à efetivação de disciplinas ‘sobre’ a Libras e não ‘de’ Libras, no sentido de apresentar aproximações meramente teóricas, generalizadas e não considerando, além dos aspectos gerais, possíveis contextos de atuação do futuro professor da educação básica.

Reside nesse contexto o risco de banalização da Libras, de forma que seu ensino seja realizado de forma aligeirada, visando atender as exigências das leis, mas alienado de compromisso com as reais necessidades de professores em formação (SANTOS; CAMPOS, 2013).

Podemos perceber no depoimento de *Miroslav*, além da atenção aos conteúdos sobre a Libras, a preocupação com a experimentação da Libras pelos alunos, tornando seu uso significativo para estes, através de uma imersão no mundo dos surdos no uso da própria Libras, possibilitando a eles refletir sobre a língua, utilizando-a em situações funcionais de diálogo (SANTOS; CAMPOS, 2013).

Além disso, podemos perceber em seu depoimento que *Miroslav* considera as questões de ensino de estratégia metodológica e didática com vistas à formação do futuro professor, para que este tenha condições de preparar, por exemplo, aulas com estratégias visuais, considerando os aspectos da condição linguística explícita dos alunos surdos.

A postura assumida por *Miroslav* no excerto apresentado corrobora com a assertiva de Caetano e Lacerda (2013) sobre o papel principal da disciplina de Libras que pode ser compreendido como formação de professores que precisarão saber como se posicionar dentro das propostas de inclusão, reconhecendo suas dificuldades, mas cientes dos recursos e necessidades para atendimento adequado aos alunos surdos e não apenas a formação de professores fluentes na língua de sinais.

Em outro trecho da entrevista, ainda sobre o tema ‘papel da disciplina’, o depoimento de *Miroslav* reforça o argumento de Caetano e Lacerda (2008):

“a função dessa disciplina não é dar fluência a esse aluno da graduação, eu sempre aviso aos alunos ‘que eles não vão sair daqui fluentes em libras, não vão sair intérpretes de libras, o papel dessa disciplina é de esclarecer e abrir o mundo dos surdos, como funciona, porque se vocês quiserem aprofundar na língua de sinais, fora existem cursos de libras, como vocês fazem com as línguas orais’ e eles compreendem muito bem” (Miroslav, profa. IES federal).

Além disso, a postura adotada por *Miroslav* corrobora com os apontamentos de Almeida (2009) já levantados neste estudo, sobre a expectativa sobre domínio da língua dos estudantes e decepção ou satisfação com a disciplina de Libras.

De modo geral, podemos notar que o início do processo de implementação da disciplina de Libras nas IES investigadas se deu por iniciativa dos gestores frente às cobranças dos órgãos responsáveis (MEC e CEE) pela efetivação da implementação das disciplinas de Libras, sob risco de punições desses órgãos, como não credenciamento e/ou reconhecimento desses cursos.

Dentro de cada contexto pesquisado a implementação se deu, ou está em andamento, tendo como ponto central a contratação dos professores responsáveis pelas disciplinas. A partir da contratação dos professores, estes, em certa medida, opinaram sobre a elaboração dos documentos de caracterização das disciplinas, em seguida assumiram as mesmas e partem para atuação em sala de aula, o que oficializa, de fato, sua implementação.

4.4 Os efeitos da implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura

Durante a realização tanto das entrevistas como do grupo focal, foi solicitado aos participantes que discorressem sobre o que veem como impactos ou possíveis efeitos da

implementação da disciplina de Libras como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciaturas.

Os gestores apontaram principalmente a surpreendente grande demanda por cursar as disciplinas de Libras por parte dos alunos, enquanto que professores e alunos das disciplinas apontaram para aspectos mais voltados para as práticas profissionais e para o aprendizado dos alunos surdos em contexto inclusivo.

Partindo das entrevistas com gestores, os mesmos destacam dois aspectos como efeitos da implementação da Libras. O primeiro está relacionado com o modo de atuação dos professores na sala de aula cientes das condições linguísticas inerentes aos alunos surdos, assim como a forma de se relacionar com este aluno. Conforme podemos observar nas falas dos gestores entrevistados:

“acho que uma área de saber e uma disciplina que como a gente descobriu na época não só ofertava uma oportunidade de interrelação, interconexão especialmente para aqueles que iam exercer a docência, é, senão um domínio pleno de Libras, pelo menos um rudimento para fazer os primeiros contatos com eventuais alunos nessas condições de necessidade, e em diversos níveis, desde a graduação, ensino fundamental e ensino médio (FELAINNI, gestor universidade pública federal)”.

“a gente vê que é um trabalho que traz resultados importantes para uma população que até então não tinha acesso e acaba tendo pessoas que os entendam e pessoas que os recebam para que possam dar continuidade à sua formação [...] eles tem que conviver, e aí eles sentem, já conseguem incorporar a dificuldade daqueles que são surdos e se dedicam muito mais à Libras quando vem... e aproveitam pra fazer todos os cursos que aparecem por aí porque sabem que vão.. vão encontrar isso no seu trabalho, então de uma obrigação você acaba aos poucos conscientizando e a necessidade vai surgindo e as pessoas vão no mínimo, muito mais sensíveis a isso, porque uma coisa é você sentimento de fazer uma disciplina, tá no currículo tem que fazer e acabou... tem uns que sofrem muito porque é outra língua, né? Sofrem muito pra fazer, né... e outros que vão atrás, gostam, se identificam e vão ter que fazer muito mais porque só isso não deu... e não dá mesmo, né? (SNEIJDER, gestora centro universitário particular)”.

“... se a gente tiver o intérprete na sala de aula, o professor dominar os sinais da disciplina que ele tá fazendo, do que ele tá ministrando, e ele conseguir se comunicar o mínimo com o aluno, eu acho que isso só tem pra ganhar pros dois lados, porque você vai conseguir fazer bem o seu papel, de ensinar os alunos, e os alunos vão ter... esse grupo de alunos vai ter a oportunidade de entender o que está sendo ensinado (ZÚÑIGA, gestora da universidade pública estadual)”.

O segundo aspecto diz respeito às iniciativas dos alunos como demanda para implementação e ampliação da oferta da disciplina de Libras.

“de certa forma todos os alunos se sentiram no direito de demandar o atendimento de Libras em qualquer perfil, principalmente das optativas, então o número cresceu muito rapidamente a ponto de quase estrangular o atendimento (FELAINNI, gestor universidade pública federal)”.

“os alunos viram (Oficina de Libras em simpósio de matemática) e começaram a se movimentar para que o seu Instituto oferecesse a disciplina de Libras como uma atividade de extensão, alguma coisa a parte, aí o Instituto ficou discutindo, o diretor que não podia, porque não podia contratar o professor, era professor da FEDERAL, não sei o que... aí os alunos falaram: não, vocês cedem a sala que a gente paga é..., o professor. E aí depois o diretor até acabou concordando dele pagar como se fosse palestras do professor da FEDERAL. Então esses alunos de 2011 conseguiram mas porque os alunos fizeram pressão, entendeu? (ZÚÑIGA, gestora da universidade pública estadual)”.

Ambos os aspectos podem representar potencialidades da implementação da disciplina de Libras em relação ao atendimento educacional de surdos.

Sobre o primeiro aspecto, apesar dos distintos contextos de sua implementação, podemos notar nos trechos de depoimentos apresentados, assim como nas caracterizações das disciplinas apresentadas no item 4.2 deste capítulo, que a disciplina de Libras parece se consolidar de maneira a se aproximar das propostas do Decreto nº 5.626/2005 e das prerrogativas do Relatório para Educação Bilíngue do MEC (2014) em relação à formação de professores para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, de professores cientes das condições linguísticas dos alunos surdos.

Sobre esse tema, os professores de Libras entrevistados reconhecem os possíveis impactos da implementação da disciplina na própria disciplina

“a disciplina de Libras tem a função de provocar a reflexão nesse aluno da graduação como futuro docente a mudar sua estratégia, sua didática e também relacionado ao aluno surdo e ouvinte porque, se esses alunos que estão na graduação já souberem como funciona a questão do intérprete, da língua portuguesa como segunda língua pro surdo, ter essas informações básicas, já auxilia muito” (Miroslav, profa. IES federal).

“pode ter impacto sim, porque se o aluno tem, na disciplina de Libras essas primeiras informações sobre isso, ele vai poder ter uma noção previa, recebeu o aluno surdo ele já vai ter essa informação, também não vai balizar as praticas de sala de aula, ele vai precisar, assim como outras disciplinas, de uma formação continuada, buscar novos conhecimentos” (Peralta, profa. IES particular).

Sobre as iniciativas de alunos como demanda para implementação e ampliação das disciplinas de Libras, podemos notar não apenas o caráter potencial da mesma, de

quebrar barreiras de preconceito linguístico (KUHN, 2011; SOARES, 2013), mas também ressaltar o contexto de resistência das IES frente à efetivação das proposituras do Decreto nº 5.626/2005, ressaltando o papel da legislação neste contexto.

A implementação da disciplina de Libras parece promover sua procura mesmo por alunos que não são obrigados a cursá-la, assim como a exigência por sua oferta na IES que ainda não concluiu seu processo de implementação.

Por outro lado, o mesmo não pode se dizer da procura pela disciplina caso a mesma não fosse ofertada como disciplina curricular obrigatória, conforme respostas dos alunos egressos da disciplina quando questionados se fariam a disciplina se não fosse obrigatória:

Todos: “Não!”

Zizao: “Não faria, mas valeu a pena ter feito!”

Casillas: “Não parece que é tão necessário até você fazer... Você não vê surdos, então você não dá importância”.

Dessa forma, concordamos com Meira (2012) ao observar que o fato de alunos dos cursos de Licenciatura que cursaram a disciplina de Libras adquirirem uma atitude social mais favorável à inclusão, poderá levar esses futuros professores a fazer uso de estratégias de ensino condizentes com a condição linguística dos alunos surdos.

Outro aspecto apontado pelos alunos como efeito da implementação da disciplina de Libras versa sobre as mudanças na escola e na atuação dos professores:

Zizao: “Inicialmente acho que não vai mudar muito, tipo, como ela falou, tem uma galera mais antiga na escola, com outra visão, já na metade da carreira profissional e uma galera entrando, então uma discussão pra você colocar uma coisa e fazer virar, vai anos, basicamente agora eu acho que não mude muito, talvez pra alguns recém-formados e tal, encontraria os alunos surdos e aí eles vão ter uma pequena melhora, né, e ainda não vai ter... tipo, chegar na direção e dizer preciso ‘disso, isso e isso’ pra poder dar minha aula e o aluno entender o que eu quis dar, tipo, vai pensar muito, mas daqui há um tempo, o negócio vai entrando aos poucos e muda essa ideia”.

Kostas: “Meu, acho que hoje a diferença que faz é o professor saber que existe uma forma diferente, não só ele tá lá gesticulando, tentando mostrar objetos e formas visuais, não será suficiente, hoje, mas já dá o mínimo de ciência pro professor saber que a compreensão daquele aluno é de forma diferente, mas para o professor chegar na sala de aula, apto pra passar o conteúdo do mesmo jeito, vai anos ainda”.

De forma geral, os participantes veem com bons olhos a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Libras e reconhecem sua relevância para a inclusão social e escolar das pessoas surdas. Não obstante, os participantes também apresentaram

críticas, sobretudo acerca das questões relativas à baixa carga horária das disciplinas, questão quase unânime na literatura e discussões sobre o tema, seja quais forem as compreensões acerca da disciplina de Libras, linguísticas, educacionais, enfim, todos mencionam a baixa carga horária como limitador qualitativo de desenvolvimento das disciplinas.

4.5 Opinião de egressos da disciplina sobre cursar a disciplina

Para trazer esta parte do estudo, optamos por apresentar os dados de forma a manter as características e ordem de falas dos participantes, logo os textos apresentados não são compostos de falas isoladas, mas de trechos de diálogos e discussões entre os participantes sobre os temas que consideramos mais relevantes para este trabalho.

O primeiro tema que apresentamos diz respeito ao que pensaram quando souberam que a disciplina fazia parte do currículo e que deveriam cursá-la.

As impressões iniciais dos alunos participantes da pesquisa sobre cursar a disciplina de Libras de um modo geral foram favoráveis à disciplina e sua obrigatoriedade bem aceita, não causou espanto nem resistências, pelo contrário, criou uma boa expectativa, condizente com os depoimentos dos gestores em relação à iniciativa de alunos e demanda por cursar a disciplina.

Casillas: “Em discussão no estágio obrigatório, a gente já tinha a consciência da necessidade da educação especial no currículo obrigatório da Licenciatura, assim, então Libras entrou para o currículo de uma forma muito tranquila assim, sabe?[...] foi bem tranquila a aceitação pelo curso, foi meio aos trancos e barrancos porque todo mundo já estava muito pra frente do curso, já tinha uma questão de... ter que encaixar seus horários, mas foi de uma forma bem tranquila, a partir do momento em que as pessoas foram entrando na disciplina de Libras, foram fazendo na medida em que era possível, todo muito fez sem grandes problemas”.

Kostas: “Eu entrei na educação especial então não foi uma surpresa a disciplina, foi até uma ansiedade, porque antes de entrar no curso já tinha tido contato com surdos e já tinha tido contato rápido com a Libras e eu achava muito interessante, então foi até uma ansiedade... tem na grade, pô, que legal!”.

Lampard: “fiquei confusa, porque a gente trabalha com sons, mas por outro lado tem a questão histórica, história de ritmos musicais, de gêneros, que dá pra ser trabalhado, falar um pouco sobre instrumentos”.

Os alunos também comentaram sobre como foi a disciplina e discorrem de formal geral, ainda “tímida” sobre a vivência nas aulas de Libras, se reportam

inicialmente a pontos que consideraram importantes e possivelmente o que foi mais significativo para eles, podemos perceber nesse momento alguns possíveis indícios de efeitos da disciplina, conforme os objetivos da mesma:

Casillas: “Assim, você lê o livro, agora eu não vou lembrar o nome do livro, é... desmistificando libras, algo assim, um livro...”

Pirlo: “Libras que língua é essa...” (manifestação geral de reconhecimento e acordo.

Casillas: “Exatamente, que é um livro massa, assim, que é exatamente o que você vai lidar na sala de aula, o que é libras, quais são os fatores que precisa pra utilizar e tudo mais e aí é isso, você encontra o moleque na sala de aula, você tem, você sabe onde tá o material, você dá um oi, um bom dia, perguntar como o cara tá, perguntar se ele fez o que ele deveria fazer de tarefa e tudo mais, perguntar se ele entendeu, mas teria que ter um cara junto com o professor em sala de aula, tá ligado?”

Casillas: “Quando você chega em Libras e encontra a ‘professora surda’ em sala de aula, você vê que ela não tem obrigação de entender o que você está falando, tá ligado, você também tem a função de conversar com ela por igual assim, então, com certeza a aula colabora, ainda mais quando o professor é surdo, assim, tá ligado, tem surdez e tem que usar Libras, aí você se toca que você precisa saber libras”.

Kostas: “Acho que uma importância da disciplina dentro dos cursos é mostrar pra todos os futuros profissionais que é diferente, porque a gente vê nos relatos de estágio, ou no próprio estágio que a galera tá... vê professor que acha que é só colocar figura na lousa os alunos já estão absorvendo conceitos que são extremamente complexos e precisam da linguagem pra absorver esses conceitos”.

Casillas: “Ó, e a linguagem emancipa o cara, né meu, porque às vezes o cara tá em sala de aula e o cara não cursou Libras, assim, uma vez eu trombei um moleque surdo, né, trabalhando com horta, o moleque arregaçando a horta e eu, para, véio, vamos fazer com calma... e o moleque nem aí, e aí o irmão dele: ele é surdo, aí você vê que, tipo, ah, você vê muito pouco na real, né, não foi muito efetivo meu uso de libras, assim, mas sei lá, se o cara tivesse emancipado da linguagem da Libras, eu ia conseguir estabelecer uma comunicação, conversar com ele assim”.

Pesquisador: “Se ele soubesse libras dava pra trocar ideia?”

Casillas: “Dava, dava pra orientar o moleque na horta, assim, entendeu, que uma orientação tipo 4 ou 6 crianças que é muito mais individualizada, você consegue falar com um por vez ou falar com o grupo de 5 e mostrar como que é... você troca uma ideia com ele em Libras”.

Pirlo: “Isso é o que pega, assim, o mínimo de comunicação quem quer se formar pro magistério tem que ter, no mínimo pra se comunicar com aluno, pra ele não se sentir desamparado, que é o caso da ‘professora surda’, ela assumindo uma sala de 26 alunos, ela dá uma aula tranquilamente, ela escrevia na lousa, tinha um meio de comunicação com a gente, tipo, eu ouvinte, tendo um aluno surdo na sala, precisa saber como se comunicar com o aluno”.

Casillas: “É, o curso dá uns elementos, saber onde tá a informação e correr atrás”.

Zizao: “Quando eu fiz libras, a professora usou um texto, acho que deve ser até novo, sobre metodologia, que fala basicamente pra usar materiais visuais, materiais manipulativo, agora é lógico isso, mas até então não era. Aí vai do caso se tem um intérprete, se não tem, se o aluno está sozinho na escola, se tem alguma equipe junto pra primeiro conversar com a pessoa e basicamente mudar a metodologia, usar uma metodologia que sirva tanto pra ele quanto para os alunos ouvintes”.

Todos: “Difícil”.

Podemos notar na conversa acima, indícios do despertar dos alunos para a Libras e para os temas relacionados à surdez, sua relevância e também preocupação com sua prática enquanto professores ou futuros professores.

Além disso, é perceptível o processo de quebra de paradigmas sobre temas gerais da surdez, e o encorajamento para atender de forma significativa aos alunos surdos.

Sobre isso, acreditamos que ao cursar a disciplina de Libras, os alunos passaram a conhecer não somente os aspectos gerais da Libras e da surdez, mas também a refletir sobre a própria prática enquanto possíveis professores de alunos surdos, alterando o foco sobre os as necessidades educacionais dos alunos para as necessidades formativas do professor, no sentido de compreender as dificuldades do professor em lidar com esse aluno (NOGUEIRA, 2011).

Em determinado momento da conversa, ainda sobre o tema ‘como foi a disciplina’, os alunos ponderam sobre o que aprenderam e sobre a relevância do que aprenderam.

Didier: “Acho que sei me virar mais ou menos... foi válido pra caramba”.

Lampard: “Outro universo, né?”

Didier: “Assim, eu curti muito a disciplina, foi cansativo e tal, mas eu sabia que era importante, talvez eu não saiba me virar tão bem, mas algumas coisas eu sei... fez diferença”.

Casillas: “Concordo com você, mas eu não coloquei em pratica”.

Didier: “Não sei se foi suficiente”.

Lampard: “Eu acho que foi”.

Didier: “Eu acho que não!”.

Lampard: “Suficiente pra se virar, antes eu não tinha noção nenhuma!”.

Didier: “Se eu tivesse colocado em prática logo que acabou, tipo, uma semana depois eu saberia de boas, mas agora já esqueci tudo”.

Casillas: “Hoje, se chegar um aluno surdo, terei que me sentar e estudar, não vai ter escapatória, estudar um bom tanto”.

Zizao: “Mas você já sabe onde procurar... já temos uma noção de como aplicar as coisas e tudo mais”. (em paralelo Didier e Lampard tentam fazer alguns sinais.).

Casillas: “Uma coisa que eu gostei muito é que você vê o surgimento de uma língua, cara, recentíssimo, tem o que? um século?”.

Didier: “O que achei mais legal era que a gente trocava maior ideia no rolê, em libras mesmo”.

Lampard: “O mais louco de tudo é que no Brasil é uma ‘vibe’, nos EUA é outra, a gente foi numa palestra, de surdos do Canadá ou EUA, todo mundo rindo das piadas e ficamos boiando”.

Embora esteja evidente no discurso desses alunos que todos possuem clareza sobre os pressupostos da educação de surdos, também é evidente que sua formação não fora suficientemente significativa para que possa se responsabilizar integralmente para educação de surdos.

Nesse sentido, concordamos com Caetano e Lacerda (2013) ao apontarem contribuições da disciplina de Libras para o fim do preconceito e do medo de se ter um aluno surdo, mas ponderam que, aparentemente, a disciplina ainda não seja “suficiente para preparar o professor para se responsabilizar para a educação desse aluno” (CAETANO; LACERDA, 2013, p.233).

Livres para lembrarem da disciplina, os alunos discorrem também sobre avaliações, discussão que se mostra terreno fértil para reflexões acerca da disciplina:

Casillas: “O curso de Libras da ‘professora surda’ terminava com você fazendo uma filmagem sobre qualquer coisa que você quisesse, livre, abrindo sua geladeira e falando o que tem dentro, sei lá, apresentando seu cachorro! Assim, eu fiz uma receita de bolo, com treino, e claro, já sabia que sinais ia usar, não era a variedade de sinais que se usa numa conversa com um cara, mas fluiu, rolou, e ali te dá uma confiança, você sente, nossa mano, dá pra fazer!”

Pesquisador: “Todos vocês fizeram seminário?”.

Lampard: “Sim!”

Casillas: “Prova do livro, prova em vídeo, e uma provinha prática tipo, dia da semana, homem e mulher”.

Pirlo: “Pra gente também tiveram uns exercícios assim, ela explicava as coisas, depois dava uma situação e um tempo pra gente se organizar e apresentar”.

Então, se dão conta da oportunidade de se colocar no lugar do surdo, além de uma experimentação da língua. Entendemos que a experimentação da Libras seja meio fundamental para que os graduandos tenham melhor dimensão sobre o universo surdo e possam refletir sobre suas ações para a educação de alunos surdos, nesse sentido, pactuamos com Santos e Campos (2013) quando apontam que o aluno se apropria da língua exposta pelo professor e, a partir de seu uso vai se dando conta de que aprendeu boa parte dos fundamentos da Libras.

Esta experimentação pode levar os alunos a refletirem sobre aspectos que vão além da educação, do currículo e da própria língua, aspectos relacionados à vida e condições de existência:

Casillas: “O que é louco é que eu acho que o surdo é relativamente invisível até você fazer a disciplina, cara, você não vê o cara, cadê o cara na escola, cadê o cara na universidade, cadê o cara no teu trampo? Isso é uma brisa de se fazer a disciplina. Me preocupa se o cara tá enfiado dentro de casa porque não consegue se matricular numa escola”

Pesquisador: “Então se matricula, chega lá e vê que não rola”.

Casillas: “E vaza!”.

Lampard: “Vaza!”.

Pirlo: “Quando eu fiz a avaliação da disciplina, fiz uma receita de macarrão de forno! Só que eu fiz desde o começo da receita, fui ao mercado, filmei cada ingrediente, filmei fazendo em Libras, tudo, aí cheguei no caixa, falei com a moça, aí não deu certo, porque ela não entendeu nada do que eu estava falando, aí não ia passar a compra, aí paramos o vídeo e tive que explicar pra moça, falei do que se tratava, expliquei o que foram os sinais que fiz pra ela, tipo perguntando qual o valor da compra e solicitei que ela mostrasse na tela. Só isso! Aí fiquei pensando, sabe? Isso me fez pensar algumas dificuldades que eles tem no dia-dia, sabe? Ali tem uma tela com o valor, se o surdo já tem o conceito de valor, números, aí tudo bem pra ele, mas e se ele vai num lugar que não tem tela? Como vai ser a comunicação?”

Para além da formação da língua ou pensar na inclusão escolar, a disciplina parece ter despertado também atenção para aspectos da inclusão social e de como a sociedade está pouco preparada para receber estas pessoas.

No trecho a seguir, podemos notar como é presente e central a lembrança/figura do professor surdo na formação desses alunos, não obstante, o próprio Decreto nº 5.626/2005 prioriza a contratação de profissionais surdos para a implementação da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura (BRASIL, 2005).

Além de servir, por si só como quebra de paradigma sobre a atuação do surdo na sociedade, concordamos com Santos e Campos (2013) de que o contato com o professor surdo é fator fundamental para conscientização sobre a cultura surda e a Libras.

Kostas: “O que me deu a sensação de diferente no rolê, foi chegar na sala de aula e me deparar com uma professora surda, porque aí era a situação inversa, né? Ela falava outra língua e isso é o que eu imagino que é o que o surdo sente quando chega em sala de aula, porque ele chega lá e vê o professor falando, falando, falando e aquilo pra ele não é nada. E foi o que eu senti! A gente chegou na sala e a professora era surda, não adiantava falar, gritar, não tinha comunicação. Aí, meu, foi aos trancos e barrancos e foi o momento que eu senti, meu, como que o surdo se sente?”

Casillas: “A presença dela (professora surda) dá pra dar uma desmistificada, sabe, onde o cara pode chegar? Entra na questão de onde estão essas pessoas”.

Por fim, outro tema que se mostrou relevante para este estudo diz respeito às sugestões de formato e/ou mudanças que os alunos fariam nas disciplinas cursadas. Para esta discussão foi proposto que os participantes opinassem de maneira livre, como eles, hipoteticamente, formulariam a disciplina, ou seja, que em sua opinião, discorressem ‘como a disciplina deveria ser’.

Dessa forma, cabe aqui discutir a questão da carga horária, que tem também presença forte nos discursos dos gestores e professores, o que vai de encontro com a literatura, parecendo ser eleito o principal problema da disciplina, sejam quais forem os conteúdos a serem ministrados, estritamente da linguística estruturalista ou que considera aspectos históricos e culturais.

Kostas: “Disciplina obrigatória, com estágio obrigatório com um, dois, três alunos surdos!”

Lampard: “Tem que ter um professor de Libras no curso de música, pra trabalhar temáticas voltadas pra musica” (aplausos).

Pirlo: “Um no de biologia, um no de matemática!”.

Didier: “Um em cada curso!”.

Casillas: “Acho que tá garantido como obrigatoriedade, podia vir antes dos estágios para saber como lidar, assim, acho que não precisa ter aumento do curso, mas os professores que vão orientar o estágio obrigatório, eles poderiam ter uma formação mais completa nas áreas de educação especial, porque aí, talvez no trabalho de conclusão de curso, alguns alunos poderiam querer fazer algum projeto nas áreas da educação especial para a biologia! [...] poderia ter no final um trabalho e alguém pra discutir ali, como se faz cursos de biologia pra galera que é surda, por exemplo, então garantir a qualidade da disciplina obrigatória, garantir a formação de quem orienta você no estágio obrigatório e abrir as vagas pra estágio em salas de aula que tem esses alunos. Pra pessoa que curte dá esse encaminhamento, talvez daqui a seis anos tivesse um material de biologia voltado para alunos surdos! Se meu orientador tivesse essa formação, talvez tivesse mais gente interessada em trabalhar com isso”(aplausos).

Zizao: “acho que deveria ter uma teórica e uma prática! Não dá pra debater todas as questões além da língua em uma disciplina! E acho que tinha que ser antes do estágio!”.

Lampard: “Teria que ter um profissional da área da música, não tão amplo, vai ter um professor de libras e vai trabalhar os conteúdos da música que você vai trabalhar na escola”.

Casillas: “Sabe porque eu não concordo, porque a Libras 1 para mim, não é para eu aprender a falar mitocôndria, é para eu aprender a me comunicar com o cara”.

Pirlo: “Pra você passar a sua informação pro seu aluno”.

Lampard: “O que adianta você saber se comunicar se você não vai saber transmitir seu conteúdo que é da sua área?”

Casillas: “Porque você tem que saber o que o aluno tá fazendo ali, a gente acabou de discutir todas as dificuldades da escola pública, que adianta eu falar mitocôndria se não consigo falar com o cara, meu, são 30 horas! Por isso que defendo que tinha que ser no estágio obrigatório, porque ali, se tiver 4 pessoas na pegada de se aprofundar é a hora!

Alguns estudos têm apontado para demandas sobre aprofundamento, ampliação ou extensão das disciplinas de Libras, reivindicando, sobretudo, maior carga horária, continuidade de disciplinas como Libras II, Libras III e, ainda, o ensino de Libras dedicado aos conteúdos específicos das diferentes áreas acadêmicas (NOGUEIRA, 2011; CAETANO; LACERDA, 2013; SANTOS; CAMPOS, 2013).

Entendemos que o trecho de conversa citado anteriormente corrobora com estes estudos. A reivindicação dos alunos por experiências em estágios, por exemplo, vai ao encontro com as sugestões de Caetano e Lacerda (2013) de que maior aproximação dos graduandos da realidade de uma sala inclusiva bilíngue poderia auxiliar na internalização da responsabilidade pela educação de alunos surdos.

Ainda sobre a questão da carga horária, Santos e Campos (2013) alertam que a carga horária de uma disciplina de Libras não possibilita um amplo conhecimento de questões teóricas e históricas, tampouco prática fluente da língua de sinais, segundo as autoras “Ao final do semestre sempre tem-se a sensação de que ‘algo mais’ poderia ter sido feito” (SANTOS; CAMPOS, 2013, p. 248).

No trecho apresentado, a discussão entre *Casillas* e *Lampard* ilustra bem o conflito entre os diferentes objetivos da disciplina de Libras, assim como a reivindicação por conhecimentos em Libras específicos de cada área de atuação.

Essa ilustração também vai de encontro com a literatura, Nogueira (2011) já apontavam em seu estudo sobre implementação da disciplina de Libras a demanda por parte dos alunos por conhecimentos e/ou vocabulários específicos de suas respectivas áreas de atuação.

Acreditamos que as ‘propostas’ de alteração presentes nos depoimentos dos alunos sejam coerentes com níveis de aprofundamento e/ou continuidade da formação em Libras e que a oferta de espaços formativos para isso é imprescindível.

Podemos perceber nessa parte do estudo que os egressos da disciplina de Libras, embora tenham cursado a disciplina sob a perspectiva de diferentes cursos e em épocas distintas, apresentam em seus discursos marcas de profissionais ou futuros profissionais atentos às questões da surdez e da educação de surdos, senão dominantes dos recursos

necessário para promover uma educação de qualidade para os alunos surdos, ao menos comprometidos, não omissos e bem (in) formados para estas questões.

5. NOSSAS CONSIDERAÇÕES

Praticamente uma década se passou desde a promulgação do Decreto nº 5.626/2005 e com isso chegamos próximos ao prazo final para que todas as IES do país garantam a oferta da Libras como disciplina curricular obrigatória em seus cursos de formação de professores e Fonoaudiologia.

Durante esse período, pouco foi produzido na literatura científica sobre o tema desta pesquisa, como aponta Soares (2013) em seu estudo bibliográfico e como pudemos constatar na realização do presente estudo.

No entanto, são ricas e diversas as contribuições dos mesmos para a discussão sobre a implementação das disciplinas de Libras nos cursos de Licenciaturas. Trata-se de dissertações de mestrado provenientes de diferentes estados do Brasil e de programas de pós-graduação de áreas distintas como Educação, Linguística, Distúrbios do Desenvolvimento e suas respectivas linhas de pesquisas.

São estudos documentais (PEREIRA, 2008; PERSE, 2011; KUHN, 2011), percepção de coordenadores de cursos (PERERIA, 2008; KUHN, 2011), de professores (MORAES, 2011; ALMEIDA, 2012) e alunos (MORAES, 2011; ALMEIDA, 2012; MEIRA, 2012) e um estudo bibliográfico (SOARES, 2013). Alguns realizados junto a IES públicas e outras, particulares.

Representam em sua maioria estudos de verificação de cumprimento da lei e avaliação de disciplinas, optando por recortes do processo histórico da implementação da disciplina ou mesmo analisando as disciplinas isoladamente. Não obstante, apontam aspectos da implementação da disciplina distintos de acordo com a realidade pesquisada, mas com questionamentos e dúvidas comuns.

Com o presente estudo, pudemos analisar a dinâmica de funcionamento da implementação da disciplina de Libras em uma mesma cidade, nos âmbitos municipal, estadual e federal nas esferas privada e pública do serviço educacional, ou seja, com a mesma variedade dos *lócus* de pesquisa dos estudos apresentados, mas diferentemente desses, reunindo todos no mesmo estudo.

Também reunimos nesse estudo a participação dos diferentes sujeitos envolvidos com o processo histórico da implementação da disciplina de Libras nas Licenciaturas, nosso objeto de investigação. Buscamos com isso, compreender um micro cosmo pelo qual pudéssemos ter notícias de um cenário mais amplo.

Com os resultados obtidos, em articulação com todas as dimensões que envolveram o presente trabalho, como estudos da literatura, participação em eventos e palestras e, sessões de orientação, por exemplo, chegamos a inferências sobre o processo histórico de implementação da disciplina Libras que entendemos que, se não generalizável, se aproxima muito disso, dialogando e dando notícias do que acontece em cenário nacional.

Buscamos a seguir, descrever como concebemos esse cenário, longe da pretensão de esgotar o assunto, mas de compartilharmos nossas inferências a partir de nosso estudo e principalmente nossas dúvidas.

O Decreto defende e regulamenta a educação bilíngue para surdos. Mas o quê da educação bilíngue? Ao analisarmos a história da educação de surdos, percebemos que a discussão central e quase exclusiva é sobre a língua, deixando de lado os diversos aspectos da educação, como função social e política, o tipo de formação escolar esperado para as pessoas surdas, que cidadão formar, enfim, embora inegável a centralidade da língua nos processos educacionais dos surdos, o Decreto nº 5.626/2005 carrega as marcas históricas de exclusividade da língua em seus textos.

Embora a implementação da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Licenciatura tenha assumido o protagonismo dessa política, ela representa apenas uma parte das medidas necessárias para a formação de profissionais para o atendimento educacional de alunos surdos. Estes atenderão apenas aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio, ainda assim carecendo da atuação do intérprete de língua de sinais.

E a formação profissional que atenderá os alunos da educação infantil e início do fundamental, co-responsáveis pela formação das crianças surdas que deverão chegar no próximo nível educacional?

Cabe aqui lembrar especificidades do curso de Pedagogia, não no tocante aos futuros gestores, pois para esses, a disciplina de Libras implementada já seria significativa, mas aos futuros alfabetizadores. Para a função de alfabetizadores o Decreto prevê e faz-se urgente a criação de cursos de Pedagogia bilíngue para atender a alunos surdos. Por que essa questão não é tratada com centralidade como a implementação da disciplina de Libras?

Embora não seja o tema central de nosso estudo, é necessário atentarmos às tensões presentes no Decreto que, a nosso ver, não cabe mais discutir se representa avanço ou retrocesso na educação de surdos. É um avanço, por ser inédito e por

evidenciar as discussões sobre a Libras língua e Libras disciplina curricular, é um avanço porque antes não havia quase nada.

Mas passada uma década, e considerado o marco histórico, há que ser perceber que por si só não garantem nada, já que as iniciativas continuam a mercê de representantes de governo e instituições de ensino e estes, nem sempre tem clareza das implicações de suas ações ou estão dispostos e compromissados com educação de qualidade.

Uma vez determinada a obrigatoriedade da disciplina de Libras, as IES usam todos os recursos cabíveis para postergar sua implementação. No caso das estaduais, que não respondem diretamente ao CNE, conseguiram postergar por um prazo maior, e resta saber se ao final do prazo aquelas que ainda não implementaram a disciplina o farão.

No caso das federais e privadas, quão logo foram vencendo os prazos de reconhecimento e registro dos cursos, foram implementando a disciplina. Estas diferenciam-se principalmente pelo contexto em que se inserem nas esferas do serviço educacional.

As IES privadas, como empresas com fins lucrativos, não têm o compromisso com a educação como prioridade, mas seus lucros, e logo, sua lógica de implementação da disciplina de Libras se dá, principalmente com vistas a atender aos aspectos burocráticos, sem necessariamente se comprometer com as questões da educação de surdos.

As IES federais, uma vez que respondem à esfera federal da educação, estão diretamente envolvidas com o cumprimento das leis federais, dessa forma parecem ter, senão menos problemas, pelo menos mais sucesso na implementação das disciplinas de Libras.

Os gestores das IES, pressionados pelos prazos, procedem o registro das disciplinas, elaborando ementas e fichas de caracterização sem muitas vezes, ou na maioria delas, ter formação na área da educação de surdos. Além disso, as disciplinas já surgem engessadas pelo atual formato e estrutura dos cursos de Licenciatura. É comum a cópia de fichas de caracterização e ementas de cursos entre IES de uma mesma região.

Por fim, os gestores conseguem a contratação de professores de Libras e saem de cena. Os professores assumem as aulas com uma dúvida em comum: *o Decreto obriga a oferta da Libras, mas o quê da Libras?*

São os profissionais mais comprometidos, melhor formados e atentos e compromissados com a educação de surdos que conduzirão a disciplina com maior coerência com a realidade, ainda assim, sua atuação está relacionada com o ambiente de trabalho no qual estão inseridos. Além disso, o professor surdo faz a grande diferença na disciplina.

Há propostas que se dedicam às possibilidades de se ensinar Libras através de seu uso e experimentação, além de todas as discussões que cercam o tema da surdez e o atendimento educacional de alunos surdos e há propostas que, por trás do argumento da impossibilidade de se ensinar uma língua em uma disciplina, optam por apenas falar sobre Libras.

Os alunos parecem, hoje, ser os maiores interessados em sua formação e experiências como o grupo focal com os alunos da IES federal pesquisada, mostram que uma disciplina consolidada e implementada com sucesso, não só quebra paradigmas e dá noções e vocabulário básicos, mas suscita nos futuros professores uma diversidade e fertilidade de questionamentos. Além disso, agrega a certeza de sua responsabilidade para com os alunos surdos, levando-os a considerar a disciplina de Libras como sumamente importante, mas não suficiente.

Além de descrever o cenário acima, nossos resultados nos permitiram enxergar demandas por mais estudos nessa área, e também sobre a continuação da proposta. Alguns pontos levantados não foram eleitos para compor esta dissertação, mas dialogam com o tema e futuros estudos corroborariam para o desenvolvimento das disciplinas de Libras.

Entre os principais temas, podemos destacar, ‘a relação professor-intérprete educacional de língua de sinais’, ‘a implementação das disciplinas de Ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2 para surdos’, ‘a criação e implementação dos cursos de Pedagogia Bilíngue para Surdos’, ‘formação continuada em Libras’, ‘metodologias de ensino em Libras’, ‘ensino dos conceitos acadêmicos das diversas áreas do saber em Libras’, a ‘educação bilíngue para surdos’, entre outros.

Há muito que se pesquisar, muito que se fazer em prol da educação de surdos. A implementação da disciplina de Libras abriu possibilidades de debate e, mesmo que forçosamente, traz a Libras e o surdo para as instâncias acadêmicas, *lócus* do conhecimento e da crítica. Mas é preciso ir além do que já foi feito, avançar nas discussões, já que a implementação da disciplina é o *start*, e apenas uma parte das

medidas que ainda devem ser tomadas rumo à consolidação da efetiva educação de qualidade para estudantes surdos.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. J. F. **Libras na formação de professores: percepções de alunos e da professora.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

_____, J. J. F.; VITALIANO, C. R. **A disciplina de libras na formação inicial de pedagogos: experiência dos graduandos.** In IX ANPED SUL. 2012.

AZANHA J.M. P. Comentários sobre a formação de professores. In: SERBINO, R. et al., (Org). **Formação de Professores.** São Paulo (SP): UNESP, 1996.

BENEDETTI, L. A. **A disciplina LIBRAS no currículo do curso de Licenciatura em Matemática.** FAMAT em Revista, Uberlândia, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação.** Porto, Portugal; Editora Porto, 1997.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, SP: Papyrus, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002b.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2005.

_____. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 01 de setembro de 2010.

_____. Relatório do Grupo de Trabalho. Designado pelas Portarias nº1.060/2013 e nº91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília-DF, 2014.

CAETANO, J. F. LACERDA, C.B.F. Libras no currículo de cursos de Licenciatura: estudando o caso das ciências biológicas. In: LACERDA, C. B. F. SANTOS, L. F.

Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2013, p. 219 – 236.

CABRAL, A. NICK, E. **Dicionário técnico de psicologia**. 13 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et.al. **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

DIAS – DA –SILVA, M.H.G.F. & MUZZETI, L.R. A reestruturação das Licenciaturas: lutas concorrenciais no campo universitário. In: FORSTER, M.M.S e BROILO, C.L. **Licenciaturas, Escolas e Conhecimento**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

DOMINGUES, A. S. OLIVEIRA, A. C. S. A implementação da lei 10436/02 nos cursos de Licenciaturas: práticas pedagógicas e a construção do discurso In: II Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística: Linguagem, História e Memória, 2011, Catalão. **Anais do II Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística: linguagem, história e memória**. Catalão - Goiás: UFG, 2011. p. 89 - 100.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas** – Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KELMAN, C. A. Multiculturalismo e Surdez: respeito às culturas minoritárias. In: LODI, A. C. B. MÉLO, A. D. B. FERNANDES, E. (orgs.) **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

KUHN, C. **Educação inclusiva: das ações institucionais à formação inicial dos professores na UFPR**. Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2011.

LEMOS, A. M.; CHAVES, E. P. **A disciplina de libras no ensino superior: da proposição prática de ensino como segunda língua**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012.

LACERDA, C. B. F. LODI, A. C. B. **Uma escola duas línguas letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. 2 ed. Porto Alegre, Editora Mediação, 2010.

_____, C. B. F. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). In: LODI, A. C. B. MÉLO, A. D. B. FERNANDES, E. (orgs.) **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

_____, C. B. F. ALBRES, N. A. DRAGO, S. L. S. **Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.39, n.1, p.65-80, jan-mar. 2013.

LODI, A. C. B. NOGUEIRA, E. A. A disciplina Libras no Ensino Superior: constituição de novos discursos sobre a pessoa surda nos cursos de formação de professores. In: **18o Intercâmbio de Linguística Aplicada**, 2011, São Paulo: Caderno de Resumos, 2011.

_____, A. C. B. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p.49-63, jan-mar. 2013.

MACHADO, L. M. C.; LÍRIO L. M.. **A disciplina de libras e a formação inicial dos professores: experiências dos estudantes de graduação em pedagogia na universidade federal do espírito santo**. Revista FACEVV | ISSN 1984-9133 | Vila Velha | Número 6 | Jan./Jun. 2011

MARTINS, V. R. O. **Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino superior**. Cadernos do CEOM - Ano 21, n. 28 - Memória, História e Educação 2008.

MEIRA, F.C.M. **Atitude social e inclusão de alunos surdos: os impactos da obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores**. Dissertação (Mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

MERCADO, E. A. O significado e implicações da inserção de libras na matriz curricular do curso de pedagogia. In: ALBRES, N. A. **Libras em estudo: ensino-aprendizagem**. São Paulo: FENEIS-SP, 2012.

MORAES, C. C. **A institucionalização da Libras na universidade: representações sociais de professores dos cursos de Licenciatura sobre a inclusão de surdos**. Mestrado. Universidade Estácio de Sá. 2011.

MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage, 1997.

MOURA, M.C. LODI, A.C.B. HARRISON, K.M.P. História e Educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: LOPES FILHO, O. **Tratado de Fonoaudiologia**. 2ª ed. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005. p. 341-364.

NASCIMENTO, M. V. B, BEZERRA, T. C. **Dupla docência no ensino de língua brasileira de sinais: interação surdo/ouvinte em perspectiva dialógico-polifônica**. *ReVEL*, v. 10, n. 19, 2012.

NOGUEIRA, E. A. **Língua brasileira de sinais nos cursos de licenciatura: Investigando o processo de formação de professores**. 2011. 60 p. Relatório Final de Iniciação Científica. Departamento de Educação, Informação e Comunicação. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP. 2011.

NÓVOA, A. **Professores: Imagens do futuro presente**. EDUCA, Instituto de Educação. Universidade de Lisboa, 2009.

- PENIN, S.T.S. **A formação de professores e a responsabilidade das universidades.** Revista de Estudos Avançados, v. 15, n.42, p. 317-332, 2001.
- PERERIRA, T. L. Os **Desafios da Implementação do Ensino de Libras no Ensino Superior.** Mestrado. Ribeirão Preto. 2008.
- PERSE, E. L. **Ementas de LIBRAS nos espaços acadêmicos:** que profissionais para qual inclusão. 202f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras 2011.
- PINHEIRO, O. G. Entrevista: uma prática discursiva. *In:* SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, K. R. O. R.P. Projetos educacionais para alunos surdos. *In:* LODI, A. C. B. MÉLO, A. D. B. FERNANDES, E. (orgs.) **Letramento, bilinguismo e educação de surdos.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.
- SANTOS, L. F. CAMPOS, M. L. I. L. O ensino de Libras para futuros professores da educação básica. *In:* LACERDA, C. B. F. SANTOS, L. F. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2013, p. 237 – 250.
- SAVIANI, D. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação. v.14, n. 40, 2009.
- SARLO, B. **Escenas de la vida posmoderna:** intelectuales, arte y videocultur em la Argentina. Buenos Aires: Ariel, 1999.
- SCHUBERT, S.L.M. COELHO, L.A.B. Políticas públicas e a surdez, quando os discursos se (des) constroem. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011, Curitiba. **Anais do X Congresso Nacional de Educação**, p. 12047 – 12053.
- SOARES, R. S. **Educação bilíngue de surdos:** desafios para a formação de professores. 2013.138f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000.
- THOMA, A. S. KLEIN, M. **Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil.** Cadernos de Educação/Faculdade de Educação – UFPeL – ano 19, n. 36 (mai.-ago. 2010) – Ed. UFPeL – Pelotas, RS. p. 107 – 131.
- VALIANTE, J. B. G. **Língua Brasileira de Sinais:** reflexões sobre a sua oficialização como instrumento de inclusão dos surdos. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 2009.

VITALIANO, C. R, DALL' AAQUA, M. J. **Análise das diretrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em relação à formação de professores para inclusão de estudantes com necessidades especiais.** Revista Teias, v. 13, n. 27, 2012.

ZYCH, A. C. **Os aportes da educação de surdos, decorrentes do Decreto federal nº 5626/05.** Anacleto, Guarapuava, PR. v.9, n. 2, p.113-125 jul-dez. 2008.

7 - ANEXOS

7.1 Anexo A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, portador (a) do RG _____, aceito o convite para participar da pesquisa em caráter de Dissertação de Mestrado, intitulado “Implementação da disciplina de Libras nas Licenciaturas em município do interior de São Paulo”, sob a responsabilidade do acadêmico Otávio Costa, sob a orientação da pesquisadora Profa. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – PPGEEs/UFSCar. Fui informado(a) que essa pesquisa terá como objetivo geral Investigar o processo de implementação da Disciplina de Libras nos Cursos de Licenciatura de cidade de médio porte no interior do estado de São Paulo e como objetivos específicos: a) Caracterizar o oferecimento da Disciplina de Libras dos referidos cursos a partir de seus respectivos Projetos Político Pedagógicos. b) Analisar os depoimentos de Professores de Libras e Gestores Universitários acerca do processo de implementação da Disciplina de Libras nos Cursos de Licenciatura; c) Analisar a percepção dos sujeitos participantes da pesquisa acerca dos efeitos do Artigo 3º do capítulo II do Decreto 5626/2005 no atendimento educacional de pessoas surdas. d) Analisar a percepção de egressos da disciplina de Libras. Fui informado(a) também, que a realização de tal pesquisa justifica-se pela escassez de estudos acerca do processo de implementação da disciplina de libras das diversas licenciaturas e sobre os possíveis efeitos da promulgação do decreto 5626/2005 na formação de professores para a educação inclusiva elaboração e análise de um programa sob a perspectiva da Educação Especial.

Fui selecionado para participar da pesquisa por ter sido Gestor e/ou Professor da Disciplina de Libras e ter participado efetivamente de sua implantação nos Cursos de Licenciatura na Instituição de Ensino Superior na qual atuara época desse processo ou por ser egresso da disciplina de Libras dos Cursos de Licenciatura das referidas Instituições e ter cursado a disciplina de Libras após a promulgação do decreto 5626/2005.

Fui informado que minha participação deverá ser voluntária e que posso interromper minha participação a qualquer momento anulando o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A minha recusa em participar não envolverá prejuízos ou comprometimentos em minha relação com o pesquisador ou com a instituição responsável.

Estou ciente que minha participação enquanto Gestor e/ou Professor Libras consiste em conceder entrevista, de forma individual, em local e horário por mim escolhidos e que o tema da entrevista será a minha opinião sobre o processo de implementação da disciplina de Libras nas Licenciaturas e seus efeitos na formação de professores para a educação inclusiva, concordando com a gravação em áudio e/ou vídeo da entrevista para uso exclusivamente acadêmico-científico.

Enquanto egresso da disciplina de Libras em curso de Licenciatura estou ciente que minha participação consiste em participar de grupo focal em encontro de aproximadamente duas horas, pré agendada, para comentar e discutir sobre a disciplina de Libras cursada, concordando com a gravação em áudio e/ou vídeo da entrevista para uso exclusivamente acadêmico-científico.

Fui informado(a) dos possíveis riscos envolvidos na pesquisa durante a realização das entrevistas, que são relacionados ao conforto dos participantes e os possíveis constrangimentos e que para amenizar essas possibilidades medidas serão tomadas como escolha do horário e local para sua realização e escolha de local arejado, confortável e privado para realização do grupo focal. Fui informado dos possíveis benefícios esperados para esta pesquisa em âmbito pessoal, que se referem à reflexão e expressão da opinião pessoal, revisitação à prática profissional contribuindo para auto estima e qualidade de vida.

Fui informado (a) e estou ciente que minha participação é gratuita e não me oferecerá quaisquer ônus financeiros sendo garantido oferecido de ressarcimento financeiro em caso de ônus com transporte para participação no grupo focal. Concordo e aceito que as informações e resultados obtidos por meio dessa pesquisa poderão se tornar públicos, mediante a publicação de relatórios e trabalhos científicos, desde que minha identidade não seja revelada. E, que os dados coletados serão tratados de forma sigilosa, assegurando o anonimato e a não identificação dos participantes, sendo utilizados nomes fictícios.